

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPRITO SANTO

TÂNIA MARIA SILVA SANTOS

O PERFIL DE MULHERES ATENDIDAS NO CENTRO POP DE VITÓRIA/ES

VITÓRIA
2014

TÂNIA MARIA SILVA SANTOS

O PERFIL DE MULHERES ATENDIDAS NO CENTRO POP DE VITÓRIA/ES

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Ms. Mirian Cátia Vieira Basílio

VITÓRIA
2014

TÂNIA MARIA SILVA SANTOS

O PERFIL DE MULHERES ATENDIDAS NO CENTRO POP DE VITÓRIA/ES

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de 2013, por:

Profª Ms. Mirian Cátia Vieira Basílio, FCES – Orientadora

Profª Ms. Alaísa de Oliveira Siqueira, FCES

Profª Ms. Jaqueline Silva, FCES

Para meu marido Eudes e meus filhos Livia,
Laíne e Leonardo minhas pedras preciosas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço este trabalho primeiramente a DEUS, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro bem presente na hora da angústia, por me capacitar, e tornar este momento uma realidade.

Ao meu marido Eudes, meu amigo, que acima de tudo sacrificou os seus sonhos em favor dos meus, a Lívia, Laíne, e Leonardo minhas pedras preciosas, meus filhos, muito obrigada pela ajuda valeu.

Aos meus irmãos e sobrinhos que mesmo de longe torceram por mim durante toda essa jornada.

Agradeço a minha orientadora, Prof^a Ms. Mirian Cátia Vieira Basílio, pelo valioso esforço dedicação, e orientação eficaz, apoio desde o primeiro contato, e por ter acreditado em mim, mesmo sabendo das minhas dificuldades, você é uma profissional extremamente qualificada, espero um dia chegar a seu nível.

A Prof^a Alaisa, Prof^a Jaqueline, Prof^a Sílvia, Prof^a Camila Taquetti, por neste momento de alegria, aproveito para prestar esse justo agradecimento.

A todos os meus professores, que, durante esses quatro anos, me proporcionaram o conhecimento, no decorrer da minha vida acadêmica, não apenas racional mas a demonstração de carinho, educação, no processo de formação profissional, não somente por terem me ensinado, mas por terem feito eu aprender, meus eternos agradecimentos.

Aos funcionários da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, em especial a Áurea funcionária da xerox, que sempre com sua atenção me atendeu sempre bem.

A minha amiga Marcia que sempre de forma especial me deu força e coragem, nos momentos de dificuldades, preocupando-se até com os problemas pessoais, pelos quais passei durante a construção do TCC. Obrigado minha Amiga.

Aos meus colegas que assim como eu há quatro anos fizeram uma escolha que não sabiam que daria certo e hoje parece que tudo passou tão rápido! Ficarão as lembranças e a saudade.

A todos meus estimáveis amigos do campo de estágio, com quem pude conviver e trocar e experiências, meus sinceros agradecimentos.

“Se a exclusão produziu a miséria, a união destruirá a produção da miséria, produzirá a cidadania plena, geral e irrestrita. Democrática”.

Hebert de Souza

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é identificar o perfil de mulheres atendidas no Centro Pop de Vitória/ES, e o objetivo específico, é identificar, a partir da leitura dos prontuários do Centro POP de Vitória/ES, os dados socioeconômicos, demográficos e culturais de mulheres em situação de rua no município de Vitória/ES. Quanto ao método adotamos a pesquisa documental. Em relação ao tipo de pesquisa, adotamos a metodologia de abordagem quali-quantitativa. Quanto à finalidade a pesquisa é descritiva, pois tem como objetivo descrever as características de determinada população. Como instrumento para coleta de dados foi utilizado um roteiro estruturado com questões fechadas, para coletar dados de 46 prontuários de mulheres atendidas no Centro Pop de Vitória/ES no período de junho a julho de 2013. Para organização e tratamento dos dados, estes foram tabulados e organizados de modo a serem demonstrados em forma de gráficos e tabelas. A partir dos resultados da pesquisa, verificamos que grande parte das mulheres estão em idade produtiva e muitas relataram que são naturais do município de Vitória/ES. Sendo assim, consideramos que devido esta população ter sofrido todo tipo de exclusão em sua trajetória de vida apenas uma pequena parte terá condições de ser inserida no mercado de trabalho e retomar a convivência familiar, mesmo estando na cidade onde residem seus familiares. Isso, principalmente devido às políticas que buscam a reinserção desses indivíduos serem excludentes, seletivas, pontuais e não se preocupam em tratar a universalidade presente nos sujeitos envolvidos no processo. A realização do presente estudo juntamente com a revisão da literatura nos permitiu refletir que as ações voltadas para as mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop de Vitória/ES, deveriam ser menos fragmentadas. Com ações para atenderem de forma geral as demandas desta população e assim quem sabe ter maior efetividade em suas ações.

Palavras-chave: Mulheres. Fragmentadas. Efetividade

ABSTRACT

The main objective of this work is to identify the characteristics of women met at the Pop Center Vitória / ES . As to the method adopted document research . Regarding the type of research, we adopt the methodology of qualitative and quantitative approach . As for the purpose of research is descriptive , since aims to describe the characteristics of a given population . As a tool for data collection, a script with closed questions was used to collect data from medical records of 46 women attended the Pop Center Vitória / ES in the period June-July 2013. For organization and processing of data , these were tabulated and arranged to be shown in graphs and tables . From the survey results , we found that most women are in productive age and many reported that they are born in the municipality of Vitória / ES . Thus , we believe that because this population have suffered any kind of exclusion in your life path only a small part will be able to enter the labor market and resume family life , despite being in the city where his family resides . This mainly due to political reintegration of those who seek to be exclusive, selective , specific individuals and do not bother to treat this universality in actors involved in the process. The completion of this study along with the literature review allowed us to think that actions directed at women on the street met at the Pop Center Vitória / ES , should be less fragmented . With actions to meet the general demands of this population and thus perhaps have greater effectiveness in their actions.

Keywords: Women . Fragmented . Effectiveness

LISTA DE SIGLAS

AC	Antes de Cristo
Centro Pop	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CF	Constituição Federal
CIAMPRua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua
CPF	Cadastro Pessoas Físicas
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DC	Depois de Cristo
HIV/AIDS	Virus de Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
SEAS	Serviço Especializado em Abordagem Social
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RG	Registro Geral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 A MULHER: DO PASSADO À CENA CONTEMPORÂNEA	25
2.1.2 Violência Contra a Mulher: Questão que perpassa a história	32
2.2 REFLEXÕES E ASPECTOS RELACIONADOS AO FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	36
2.2.1 Breve reflexão sobre as Políticas Sociais: respostas por parte do Estado às expressões da questão social e sua materialização em relação ao fenômeno população em situação de rua	43
2.2.2 Reflexões sobre as Políticas Públicas voltadas a população em situação de rua	46
3 METODOLOGIA	51
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA	55
4.1 IDADE.....	55
4.2 COR DECLARADA.....	56
4.3 ESCOLARIDADE.....	57
4.4 DOCUMENTAÇÃO.....	58
4.5 SAÚDE.....	59
4.6 USO DE DROGAS.....	59
4.7 HISTÓRICO DA SITUAÇÃO DE RUA.....	60
4.8 MOTIVO DE IDA PARA AS RUAS.....	61
4.9 MOTIVO DE PERMANÊNCIA NAS RUAS.....	62
4.10 COMO OBTÊM AS REFEIÇÕES.....	63
4.11 LOCAL DE PERMANÊNCIA NAS RUAS DE VITÓRIA/ES.....	64
4.12 ONDE COSTUMAM PERNOITAR.....	66
4.13 COM QUEM RESIDIA.....	67
4.14 TIPO DE MORADIA ANTES DE ESTAR EM SITUAÇÃO DE RUA.....	67
4.15 TIPO DE CONTATO COM FAMILIARES.....	68

4.16 LOCALIDADE QUE ESTEVE ANTES DE COMPARECER NO PROJETO.....	69
4.17 TIPO DE INSTITUIÇÃO QUE JÁ RECEBEU ATENDIMENTO.....	69
4.18 TIPOS DE ENCAMINHAMENTOS.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	77
APÊNDICE A.....	83
APÊNDICE B.....	84
ANEXO 1.....	86
ANEXO 2.....	87
ANEXO 3.....	88

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo identificar o perfil de mulheres atendidas no Centro de Referência Especializada para Pessoas Adultas em Situação de Rua (Centro Pop).

O interesse pelo tema surgiu a partir da observação no cotidiano da minha experiência enquanto estagiária de Serviço Social no Centro Pop, onde verificamos, que a população em situação de rua possui dificuldades no que diz respeito ao acesso às políticas públicas e à inserção e retomada dos vínculos familiares que, muitas vezes, encontram-se fragilizados. No estágio realizado no CENTRO POP¹, foi possível verificar mulheres com trajetórias e histórias de vida diferenciadas, no entanto, vivem as consequências da exclusão social cotidianamente. E foi possível, também, identificar que há uma parcela feminina que compõe a população em situação de rua vivendo inúmeras experiências tais como: drogadição, violência, estupro dentre outros tipos de abusos e, por serem mulheres, sofrem ainda mais com o processo de discriminação desferido contra essa população.

A população em situação de rua tem seu surgimento associado à sociedade pré-industrial na Europa, momento histórico que foi marcado pela expulsão dos camponeses de suas terras. Estes tiveram seus bens tomados e tiveram que deixar o local onde viviam e trabalhavam. Assim, o modo de produção industrial que se iniciava não absorveu a população camponesa que migrou para as cidades. Tal acontecimento fez com que esta população ficasse exposta nas ruas, em situação de mendicância e sujeita a maus tratos (SILVA, 2009).

Nesse sentido, a população em situação de rua é um reflexo dos problemas de ordem socioeconômica resultantes da desigualdade histórica proveniente da relação capital\trabalho, ou seja, uma expressão da questão social.

Na contemporaneidade, as mudanças diversas que ocorreram no mundo do trabalho em todo o mundo, resultantes da reestruturação produtiva. A precariedade nos

¹ O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) é um equipamento público social da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura Municipal de Vitória. A instituição tem por objetivo garantir atendimento à população adulta em situação de rua, oferecer atividades voltadas para o fortalecimento comunitário e sociabilidade, com o objetivo de possibilitar novos projetos de vida para esse público (BRASIL, 2010).

campos de trabalho, a situação faz com que a população em situação de rua transforme-se em uma população que sofre as consequências da pobreza extrema (SILVA, 2009).

A mesma autora ainda vai considerar que o contexto ora apresentado se mantivesse no mesmo padrão no Brasil. O ajuste estrutural do capital e os impactos da reestruturação produtiva vão ser mais bem sentidos no país a partir dos anos 1990, com a implementação das políticas neoliberais pelo Governo Collor (SILVA, 2009).

A partir daí ocorreram significativas mudanças no mundo do trabalho como o desemprego exacerbado, a precarização dos vínculos de trabalho, o arrocho salarial e ainda, um grande aumento do contingente de mão de obra sobrando.

Nesse contexto, cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e do exército industrial de reserva (SILVA, 2009). A população em situação de rua enquanto expressão da questão social também representa a contradição do modo capitalista de produção: a contradição fundada na produção e na apropriação da riqueza gerada socialmente, o que significa a produção de riqueza pela classe trabalhadora e a consequente apropriação de toda essa riqueza gerada socialmente pelos capitalistas (MACHADO, [2013?]).

Como diz Marx:

Mas se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro incremento da população (MARX apud SILVA, 2009, p. 65).

Assim, a população em situação de rua é constituída por pessoas inseridas numa sociedade que sofreram essas transformações advindas pelo sistema capitalista; transformações essas que são de uma sociedade que visa o acúmulo de riquezas, lucro ou mais-valia, a partir da exploração de mão de obra, vivendo em condição de profunda exclusão social que se caracteriza como a expressão máxima da questão social contemporânea.

Iamamoto (2011, p. 87) afirma:

Cresce o problema central do mundo contemporâneo, sob o domínio do grande capital financeiro em relação ao capital produtivo: o desemprego e a

crescente exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores das possibilidades de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, que se torna estreito em relação à oferta de força de trabalho, disponível. Essa redução de emprego, aliada à retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida.

Não há dúvida de que há uma relação estreita entre a exclusão do trabalho e a exclusão social e quanto a isso, Forrester (1997, p. 96) argumenta que:

O desemprego invade hoje todos os níveis de todas as classes sociais, acarretando miséria, insegurança, sentimento de vergonha em razão essencialmente dos descaminhos de uma sociedade que o considera uma exceção a regra geral estabelecida para sempre. Uma sociedade que pretende seguir seu caminho por uma via que não existe mais, em vez de procurar outras.

A falta de emprego nas áreas industriais e serviços ocasionou sérios problemas à população, obrigando-a a ter necessidades primárias por causa da falta de renda, desemprego e vários outros gargalos enfrentados pela população das metrópoles, além da marginalidade que dificulta o alcance das políticas e programas governamentais. Estas foram as principais causas da situação vulnerável que se agravou para aqueles que tiveram que recorrer às ruas e conseqüentemente, ficar nas ruas (SILVA, 2009).

No caso das mulheres, historicamente, foi reservado para elas os espaços privados, ou seja, os espaços coletivos eram privilégios masculinos (TIENE, 2004). Em relação a esta questão Sposati (2004, p. 7), faz a seguinte crítica:

Mulher na rua é vista e mal falada em contraponto à “mulher de família”, se reservada ao privado, assim diz o pensamento conservador patrimonialista. A própria democracia grega não considerava a mulher como gênero do “espaço público”. Estrangeiros, escravos e mulheres, não cidadãos deviam reservar aos “oikos”, espaço privado. A praça símbolo da manifestação coletiva, era (é?) reservada ao gênero masculino.

Neste sentido, a pesquisa poderá servir como possível fonte de reflexão para desconstruir o estigma que, historicamente, é relacionado à figura da mulher.

A pesquisa também contribuirá para construção de políticas voltadas para o fenômeno pessoas em situação de rua, ou até mesmo políticas específicas para mulheres em situação de rua e assim, contribuir para reduzir o sofrimento desses sujeitos que, em sua maioria, foram excluídos de todas as formas de acesso à sociedade, à família, à escola e ao trabalho.

Haverá ainda a contribuição para produção de conhecimentos científicos, que proporcionem aos profissionais que atuam na rede de serviços voltada para o atendimento a pessoas em situação de rua, e/ou mais especificamente as mulheres em situação de rua, promover ações de mobilização social que possam contribuir para a efetivação dessas políticas.

A relevância deste estudo ainda se faz mediante a necessidade de aprendizado sobre a totalidade das relações que envolvem essas mulheres que têm a rua como único espaço para viver e são apontadas pelo sofrimento e vulnerabilidade constante, que vivem em uma luta diária para encontrar um modo de sobreviver e resistir a todo tipo de exclusão (TIENE, 2004).

Ainda consideramos que, baseados neste estudo, poderemos adquirir conhecimentos teóricos do fenômeno população em situação de rua, e assim, enquanto estudante e futura profissional de Serviço Social, propor intervenções eficazes que contribuam para a viabilização das políticas sociais existentes além de ter a possibilidade de contribuir para a efetivação de políticas voltadas para a população em situação de rua como por exemplo a Política de Atendimento à População em Situação de Rua de Vitória/ES, Lei nº. 7.101 de 28 setembro 2007 (VITÓRIA, 2007).

Pautado nestas reflexões, o objetivo deste trabalho é identificar o perfil de mulheres atendidas no Centro Pop de Vitória/ES; como objetivo específico: Identificar, a partir da leitura dos prontuários do Centro Pop de Vitória /ES, os dados socioeconômicos, demográficos e culturais de mulheres em situação de rua no município de Vitória/ES assim, o presente trabalho está configurado da seguinte forma:

Primeiramente, no referencial teórico, faremos um breve resgate histórico sobre a mulher com o objetivo de informar ao leitor sobre os conceitos, concepções que permeiam a imagem da mulher em algumas conjunturas sociais e, ainda, realizando uma reflexão de que mesmo mediante as conquistas alcançadas de constantes lutas, as mulheres da contemporaneidade ainda sofrem com o alto índice de violência.

Em seguida, apresentaremos uma breve caracterização sobre a configuração do fenômeno pessoas em situação de rua. Finalizaremos o capítulo realizando uma

reflexão sobre a configuração das políticas sociais e como estas tem se materializado em relação ao fenômeno população em situação de rua no Brasil.

Na metodologia, demonstraremos os passos trilhados para a realização desta pesquisa. Realizamos uma pesquisa de abordagem qualiquantitativa, através de um estudo que contemplou um prévio levantamento bibliográfico, buscando autores especialistas no tema e a realização de pesquisa documental.

O trabalho será finalizado através das considerações finais, momento em que apresentaremos algumas possíveis contribuições, bem como, reflexões que poderão ser fontes para outras pesquisas.

Sendo assim, a partir da leitura deste trabalho esperamos contribuir para o desenvolvimento intelectual do leitor, e ainda, despertar o interesse deste para o tema em questão, com a possibilidade de serem realizadas novas pesquisas na área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A MULHER: DO PASSADO À CENA CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo será apresentado um debate sobre a mulher e as diferentes perspectivas em relação à imagem que esta carregou em algumas conjunturas sociais.

Nesta direção, ao buscarmos entendimento sobre a etimologia da palavra mulher encontramos o seguinte significado: “mulher. S.f. do latim mulier, significa: ser humano do sexo feminino. Esposa. Concubina²” (LAROUSSE, 1998, p. 4116).

E ao realizamos uma reflexão sobre o papel da mulher na sociedade verificamos que, na história da humanidade, desde 59 a.C havia estudos que se empenhavam em provar a inferioridade da mulher e baseavam-se na diferença entre os órgãos feminino e masculino. Tito Lívio³ foi um dos estudiosos que elegeu o cérebro como objeto de estudo considerando que a subordinação feminina se dava ao fato de que seu cérebro tinha menor peso (ALMEIDA, 2007), demonstrando que a mulher possuía um estágio de evolução a menos que o homem e ainda existia a teoria de que:

Em uma mesma raça homens e mulheres possuiriam capacidade cerebral diversa, sendo a inferioridade cerebral da mulher tanto maior, quanto mais adiantada fosse a raça a que ela pertencesse. [...] Assim, [Tito Lívio] afirmou que a mulher estava na ‘infância da humanidade’ [...] seu cérebro se aproximava ao da criança, ao do selvagem, ao da ‘raça atrasada’ e ao dos criminosos, pouco contribuindo para a evolução da espécie (ALMEIDA, 2007, p. 3).

Rago, citado por Fraga (2003),³ analisa as ideias de Tito Lívio e afirma que cientistas e autoridades do período acreditavam que a presença de mulheres na esfera pública era discordante de sua composição biológica. Tais considerações eram criadas e reproduzidas a ponto de tornarem-se gestoras do relacionamento entre os sexos e,

² “Concubinato, modernamente, é um termo jurídico que especifica uma união não formalizada pelo casamento. Acontece quando uma mulher passa a viver com um homem, em caráter duradouro, como se fossem marido e mulher, presumivelmente sob o mesmo. Concubina e Amante, para muitos, são sinônimos. Na jurisprudência brasileira (decisões de tribunais) se encontra este conceito” (CONCUBINA, 2008).

³ “Tito Lívio nasceu em 59 a. C. em Pádua e morreu em 16 d. C. na mesma cidade. Era de família patriciana [...]. Foi enorme a sua reputação como escritor. A sua *História Romana* desde a fundação compunha-se de 142 livros dos quais nos chegaram apenas os livros I-IX e XXI-XLV mais alguns fragmentos” (INFOPÉDIA, 2003-2014).

também, entre as diversas classes sociais e grupos étnicos (RAGO apud FRAGA, 2003, p. 58).

No período feudal, os senhores donos de feudos (terras) aproveitando-se da exploração do trabalho feminino, escolhiam uma mulher já madura, sob o pretexto de casar-se com seu filho, no entanto, a verdade é que esta seria apenas uma criada, pois, era mais barato do que ter empregados. Quando o marido se tornava um homem, este se envolveria com outras mulheres, fato que era tido como natural (LING; MACHEL et al, 1980).

Nesse sentido, a mulher casada era totalmente dependente do marido e, apesar deste ter relações maritais com várias mulheres, a fidelidade da sua esposa era obrigatória tanto quanto a sua absoluta submissão (LING; MACHEL et al 1980). Assim, verificamos a posição de subalternidade e opressão vivenciada pelas mulheres, sendo que até o casamento estas viviam sob o controle do pai e, depois, este controle era passado para o marido (BICEGLIA, 2002).

De acordo com Garcia (2010) a mulher tinha o seu papel resumido de gerar e educar seus filhos num tempo em que a força física era fator dominante.

Ling e outros (1980) vão falar que, desde o nascimento, a menina era acolhida friamente pelo pai, devido à impossibilidade desta continuar a linhagem e garantir o patrimônio familiar. Assim, no período feudal, nascer mulher configurava-se enquanto um problema, já que o homem desempenhava um papel de destaque e poder na sociedade.

Desta forma, a incerteza histórica do destino das mulheres frente à situação de inferioridade que esta assumia diante do homem, contribuiu para estigmatizá-las como seres frágeis e de sobrevivência duvidosa caso permanecessem sem a proteção do homem (BICEGLIA, 2002).

Coulanges (2011) explicita que a sociedade considerava a mulher completamente dependente dos outros, na infância dependia do seu genitor, na juventude dependia do esposo e, se ficasse viúva, dependeria de seus filhos, se não tinha filhos, quem deveria dar suporte seria os parentes próximos. Assim, consideravam que as mulheres jamais seriam capazes de ter sua vontade própria, de tal modo que antes do esposo falecer poderia indicar um tutor ou até mesmo escolher-lhe marido novo.

Portanto, verificamos que a inferioridade da mulher era um aspecto natural e levado a sério. Esta ao menos podia exercer papel de testemunha num tribunal. Somente seu pai tinha direito de fazê-lo. Caso a mulher fosse o réu, tivesse cometido um crime, ela não era condenada pela justiça do Estado mas sim, pela própria família, com seu pai e seu marido como juízes e donos do direito de pronunciarem sua sentença (BICEGLIA, 2002).

A mesma autora vai falar que, nesse contexto, acreditavam que a subordinação da mulher devia-se à sua estrutura física fragilizada e que, por conta disso, sofriam a opressão masculina. Já outros estudiosos da época acreditavam que não apenas as circunstâncias naturais conferidas às mulheres as tornavam inferiores, mas também causas culturais como fragilidade feminina e poder masculino (BICEGLIA, 2002).

Nesse sentido, a mulher não tinha o direito de gozar de sua própria vida, pois esta não a pertencia. Interpretada como uma ferramenta possuía apenas o dever de dar filhos aquele que por algum motivo foi escolhido, alheio à sua vontade, para ser seu marido competindo apenas a ele a decisão a cerca do futuro dos filhos. Como esposa, tão somente restava-lhe total obediência (LING; MACHEL et al, 1980).

Foi assim que o modelo patriarcal, onde os filhos e a esposa deviam obediência aos pais se tornou o modelo de estrutura dominante. Para essa família, direito e vontade próprios não existia, pois todos os membros deviam inteira submissão ao chefe da família (BICEGLIA, 2002).

Com a divisão do trabalho neste modelo de família, o homem era responsável por prover o sustento do grupo tendo também como dever criar instrumentos que possibilitassem sua busca. Conforme as riquezas se expandiam, a condição masculina dentro da família tinha lugar mais importante e a situação da mulher modificava-se cada vez mais. Com isso, ele passou a governar, também, a casa deixando à mulher a simples tarefa de reproduzir (TIENE, 2004). Desta forma, a consolidação do patriarcado pode ser considerada uma derrota histórica das mulheres, nos períodos passados e que, possivelmente, permanece até os dias atuais (ENGELS apud TIENE, 2004).

Segundo Moares (2002), na sociedade patriarcal, que tem como característica homens como grupo dominante, é uma instituição milenar cujas regras básicas eram ditadas pela unidade denominada família. Dessa forma, a mulher tinha o seu papel

resumido em sua capacidade de reprodução e cuidados para o lar e apenas isso, “[...] a mulher e o menino conservando-se dentro de casa [...] quando muito na varanda. [...] A dona de casa que saísse rua afora para fazer compras corria o risco de ser tomada por mulher pública” (FREYRE, 1951, p.18).

Para a mulher, a marca da opressão de classe é a marca da opressão/exploração sexual. Por outro lado, para os homens, classe social estava, e ainda está baseada nas relações dos meios de produção; ou seja, a diferença entre as pessoas que possuem riqueza (que são donas dos meios de produção) e as que não possuem [...]. De fato, a exploração de mulheres de classes sociais baixas pelos homens de classe social alta pode ser facilmente observada em toda a história humana, incluindo o feudalismo; a ascensão da burguesia nos séculos XIX e XX; na relação entre as mulheres dos países colonizados e os homens colonizadores. (MORAES, 2002, p.23)

Ainda destacamos como características do regime patriarcal o antagonismo criado pelo homem em relação à mulher, sendo “ele o forte, ela o fraco; ele o nobre, ela o belo” (FREYRE, 2000, p.125). Todas essas delimitações eram convenientes à exploração da mulher pelo homem, pois:

[...] ao homem todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos (FREYRE, 1977, p.93).

Já o modelo patriarcal no Brasil, não diferente das demais sociedades, exigia que os filhos e a esposa devessem obediência plena ao pai o que acabou tornando-se o modelo de estrutura dominante da sociedade brasileira. Para essa família, direito e vontade próprios também não existiam, pois deviam inteira submissão ao chefe da família (MORAES, 2002).

Em concordância com a afirmação acima, o Código Civil de 1916, tinha uma estrutura cuja representação trazia um modelo de sociedade patriarcal no qual o marido era o chefe da sociedade conjugal sendo dever deste, entre outros, ser o chefe da casa trabalhando pela manutenção da família e provimento de recursos. Ao homem cabia representar sua família, gerir os bens do matrimônio e de sua esposa, poder sobre os filhos enquanto à mulher, desempenhar papel secundário (NOGUEIRA, 2006), assim:

O marido é o chefe da sociedade conjugal.
 Compete-lhe:
 I. A representação legal da família.
 II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial [...] (CÓDIGO CIVIL, Art. 233, 1916).

Desta forma, verificamos que à mulher foi dado o papel de inteira submissão e ao homem atribuição de direção e a prosperidade. Estes acontecimentos se deram pelo fato de haver, durante séculos, total aceitação da sociedade no consentimento dos papéis assim definidos. Para a mulher cabia a obediência e ao homem a educação, o mercado de trabalho, isso por conta do tipo de aprendizagem oferecido e ao tipo de comportamento exercido pela sociedade (BICEGLIA, 2002).

Destacamos que em relação à educação escolar, no Brasil, até 1879, as mulheres não tinham o direito de cursar o nível superior tendo direito apenas ao nível fundamental até meados do século XIX. Somente em 1930, século XX, houve o ingresso significativo de mulheres nas faculdades e universidades. Essas modificações no contexto social, inicialmente, foram estreadas pela elite da época e pela classe média (SAMARA, 2002).

Já em relação à presença da mulher na esfera trabalhista verificamos que foi a partir da década de 1950 que cresceu a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, principalmente na área de “serviços de consumo coletivo, em escritórios, no comércio ou em serviços públicos”. Oportunidades nas áreas profissionais de enfermagem, ensino e vendas, por exemplo, demandavam qualificação, essa tendência de qualificação exigiu maior escolaridade e, como consequência, causou alterações no *status* social das mulheres deste tempo (FRAGA, 2003, p. 38).

Nesse sentido, percebemos que a grande desigualdade entre homens e mulheres foi explícita desde as civilizações mais remotas até as contemporâneas. No entanto, ao longo dos séculos através de lutas as mulheres foram conquistando seu espaço na sociedade, contudo, foi somente após as grandes guerras mundiais e dos progressos tanto tecnológico e científico que foram apontados um novo cenário de novos caminhos para a mulher.

Sendo assim, mais especificamente a partir da segunda Guerra Mundial, ou seja, a partir da década de 1940, que o movimento que tinha por objetivos direitos iguais ligados às questões de gênero, iniciou-se e objetivou proporcionar um destino diferente às mulheres, daquele até então testemunhado culturalmente e historicamente (GARCIA, 2010).

Segundo Carvalho com relação a questão de gênero (apud FARAH, 2004, p. 48):

O uso ainda hoje mais frequente do conceito é o proposto pelo feminismo da diferença. Este rejeitou pressupostos do feminismo da igualdade, que

afirmava que as únicas diferenças efetivamente existentes entre homens e mulheres são biológicas-sexuais, e que as demais diferenças observáveis são culturais, derivadas de relações de opressão e, portanto, devem ser eliminadas para dar lugar a relações entre seres 'iguais'.

Já de acordo com a autora Tiene (2004), é do conhecimento de todos a existência de diferenças biológicas e genéticas entre homens e mulheres. Porém, o uso dessa distinção, em sua maioria, serve apenas para fundamentar práticas desiguais e segregadas entre os indivíduos. A fomentação de modelos sociais diferentes de comportamentos aquece ainda mais os retratos da figura do masculino e do feminino. “Em outras palavras, [...] o homem é forte e a mulher é frágil. Dessa forma, constroem-se socialmente modelos baseados na ideia de que estas diferenças são de ordem natural” (TIENE, 2004, p. 43).

A autora continua sua crítica afirmando que:

[...] movimentos sociais procuraram romper com a submissão/exclusão. São eles os movimentos feministas e os movimentos populares, no Brasil, que deram uma reorientação à história da mulher com a construção da categoria de análise sobre “gênero” (TIENE, 2004, p. 42).

Assim, a emergência do conceito “gênero” e a sua utilização estão fortemente impregnadas em uma dimensão política: origem e uso (SAFFIOTI, 1992). Ele ganha força a partir dos movimentos feministas, da década de 1970, cujas principais propostas estão voltadas às mudanças nas relações de poder nos âmbitos público e privado, procurando suprimir uma das formas de dominação-exploração no conjunto das relações sociais.

Nesta direção, refletimos que foram séculos de interiorização e subordinação, no entanto, somente as conquistas femininas das últimas décadas foram estruturais no fortalecimento cultural e histórico feminino com oportunidades iguais dispensadas a homens e mulheres (GARCIA, 2010).

Durante séculos, a sociedade estabeleceu limites à mulher devendo esta cumprir suas obrigações como esposa e mãe. Mas, a partir do século XX, mais especificamente a partir da década 1980, as mulheres começaram a desempenhar funções sociais mais relevantes em diversas áreas, tanto no mundo do trabalho quanto nos negócios e política (FARAH, 2004).

Contudo, mesmo diante dessas mudanças Silmar (apud MEIRELES, 2013) considera que os homens ainda são bastante preconceituosos e afirma

“Infelizmente, ainda no século XXI, a maioria dos homens [ainda] não conseguiu aceitar essa ‘(re) evolução’”.

Assim, na atual circunstância ainda não são dadas oportunidades às mulheres em campos que são, tradicionalmente, ocupados por homens. Situação essa que pode ser mudada através de criação de mecanismos que rompam com a divisão sexual do trabalho (FARAH, 2004).

Afonso (apud FRAGA, 2003), reafirma que a intolerância em relação a mulher na esfera trabalhista ainda existe. Mas, ainda assim, as mulheres estão conquistando cargos e, até mesmo, conseguindo ser promovidas mais depressa que os homens. Desta forma o chamado:

[...] sexo frágil foi persistente ao que queria e está cada vez mais perto de onde as mulheres querem chegar [...] e com base nesse reconhecimento, se estabelecem ações específicas para as mulheres e direcionadas ao fomento da igualdade entre os gêneros nas esferas pública e privada (SAL apud CALDEIRA, 2010, p.64).

No entanto, mesmo diante desse quadro, Pitanguy (1991) considera que ainda existem muitas formas de exclusão e desvalorização da mulher, por exemplo, no mercado de trabalho continuam a ocupar posição desvalorizada e ainda com remuneração inferior a dos homens.

Refletimos que a marginalização da mulher nas funções de produção ou através do emprego de sua força de trabalho, atrelada a outras formas de exploração, também contribuiu para a composição do capital humano. A caracterização submissa desta, que a sociedade aperfeiçoa de forma milenar, tornou muito fácil o aumento do volume de trabalho (SAFFIOTI, 1979). Contribuiu, também, para um leque de transformações na sociedade e responsável por modificar o estilo de vida de muitas famílias.

No entanto, trabalhar em conjunto com a igualdade requer, necessariamente, mudança no comportamento das pessoas, sejam elas homens ou mulheres, governo, donos de empresas. Pode-se avaliar este trabalho conjunto através da “mudança de forma e de conteúdo” na elaboração de questões e soluções, respectivamente, que atingem a população nas esferas em que atuam com diálogos, negociações e interações (GODINHO; SILVEIRA apud FARAH, 2004, p. 33), no entanto:

A mulher se depara, ainda hoje, com esta contradição: por um lado a herança histórica que a limitou a ser mãe, esposa; por outro, a possibilidade de escolher seu futuro e se fazer sujeito de sua história [...] em pé de igualdade ao masculino (GARCIA, 2010).

Gradativamente, toda forma de submissão e repressão vividas pela mulher alimentaram desejos intensos de autonomia. Sendo assim, a vontade de alcançar a realização profissional e pessoal, foi ganhando grandes dimensões e proporcionaram profundas mudanças, e atreladas a essas mudanças, conforme já considerado, vieram às profundas transformações no âmbito familiar (BICEGLIA, 2002).

Assim, de acordo com Carelli (apud FRAGA, 2003), as mulheres ao decidirem ser mães e trabalhadoras ainda têm de lidar com a questão de manter a rotina do passado de cuidar do lar. A mesma autora ainda afirma que às mulheres tem que conviver com a questão de que os hábitos domésticos não são mais reconhecidos no mundo atual.

Nesta direção, em pleno século XXI a questão de gênero ainda continua atrelada a traços culturais, que se mantiveram vivos, no decorrer da história. Sendo assim, devemos refletir e estar atentos de como as mulheres são vistas perante a sociedade e as ideias que muitos homens ainda fazem delas (ALMEIDA, 2007).

Consideramos que, neste momento, é necessário realizarmos uma reflexão sobre um tema que muito tem sido debatido na atual conjuntura: a violência contra a mulher, pois mesmo diante das conquistas alcançadas por elas e diversas iniciativas adotadas nas esferas pública e privada, atualmente convivemos com índices alarmantes de violência contra a mulher. Assim, segue no próximo item uma breve discussão sobre este tema.

2.1.2 Violência Contra a Mulher: questão que perpassa a história

Na contemporaneidade a violência tem se apresentado como um fenômeno social que tem atingido governos e populações, nos âmbitos global e local e nas esferas pública e privada. Sendo assim, seu conceito tem sido mutável, haja vista que várias atitudes e comportamentos antes desconsiderados passaram a ser tratados como formas de violência (JESUS, 2010).

O dicionário Michaelis (acesso em 31 de mai. 2014) apresenta violência como: “[...] qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação.”

Segundo a Convenção de Belém do Pará⁴ (1994), a violência contra a mulher é “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público ou privado”.

Apresentados os conceitos de violência e violência contra a mulher, voltamos a refletir que, em sociedades que se pautaram, historicamente, na construção do gênero feminino atrelada à esfera familiar, à maternidade e à fundamentação da construção social do gênero masculino moldaram sua atividade na esfera pública, concentradora de valores materiais, provedor e protetor da família. As mulheres sempre sofreram opressão e desvalorização por parte dos homens e da sociedade de forma geral.

Este cenário é recorrente, haja vista que, mesmo diante das modificações que ocorreram nas últimas décadas, as mulheres passaram a contribuir maciçamente com sua força de trabalho, com participação expressiva na esfera pública.

Atualmente, nos deparamos com a distribuição social da violência que também tem refletido nessa já tradicional divisão dos espaços de trabalho, ou seja, o homem sofre a violência na esfera pública e, de maneira paralela, a violência contra a mulher tem se perpetuado no âmbito doméstico, sendo o próprio parceiro o mais frequente agressor (JESUS, 2010), nos permitindo considerar que as mulheres continuam a ser oprimidas em seu meio intrafamiliar.

Recentemente, em 2013, dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), informaram que um terço de mulheres no mundo já sofreu algum tipo de violência, o que tem sido tratado como um problema de saúde global com

⁴ A “Convenção de Belém do Pará ou Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, [ocorreu no Brasil em 1994, na cidade de Belém do Pará], foi o primeiro tratado internacional de proteção dos direitos humanos que reconhecem de forma enfática, a violência contra a mulher como um fenômeno generalizado, que alcança elevado número de mulheres sem distinção de raça, classe, religião, idade ou qualquer outra condição. A Convenção afirma, ainda, que a violência contra a mulher é grave violação aos direitos humanos e ofensa à dignidade humana, sendo manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens” (CONVENÇÃO..., 2014).

dimensões epidêmicas. O mesmo relatório ainda concluiu que “quase dois quintos (38%) de todas as mulheres vítimas de homicídio foram assassinadas por seus parceiros, e 42% de mulheres que foram vítimas de violência física ou sexual por parte de um parceiro sofreram lesões como consequência” (VIOLÊNCIA..., 2013).

Segundo Gregori (1993), no Brasil, desde os anos de 1980, a violência contra as mulheres vem sendo denunciada. Entretanto, ao analisarmos os dados divulgados em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do ano 2013, uma estimativa alarmante foi apresentada em relação ao número de óbitos causados pela violência contra a mulher no Brasil.

Tudo isto nos permite considerar que mesmo diante das iniciativas adotadas por instituições públicas e privadas, inclusive da sociedade de maneira geral, o fardo histórico que recai sobre as mulheres nos dias atuais ainda é vigente.

Os dados apresentados pela pesquisa do IPEA intitulada **Violência contra a mulher: feminicídios⁵ no Brasil**, 2013, apontam que dentre os principais resultados, destaca-se:

- Estima-se que ocorreram, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, **ou uma a cada hora e meia.**
- Mulheres jovens foram as principais vítimas: 31% estavam na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% de 30 a 39 anos. Mais da metade dos óbitos (54%) foram de mulheres de 20 a 39 anos.
- No Brasil, 61% dos óbitos foram de mulheres negras (61%), que foram as principais vítimas em todas as regiões, a exceção da Sul. Merece destaque a elevada proporção de óbitos de mulheres negras nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%).
- A maior parte das vítimas tinham baixa escolaridade, 48% daquelas com 15 ou mais anos de idade tinham até 8 anos de estudo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013, grifo do autor).

Destacamos ainda em relação à pesquisa do IPEA que o estado do Espírito Santo foi a Unidade Federativa (UF) que apresentou a maior taxa de feminicídios no Brasil, conforme podemos verificar na Tabela 1.

⁵ “A expressão máxima da violência contra a mulher é o óbito. As mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres, são denominados feminicídios ou femicídios. Estes crimes são geralmente perpetrados por homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros, e decorrem de situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013).

Tabela1: Taxas de feminicídios por 100 mil mulheres. Brasil Unidades da Federação brasileiras, 2009-2011.

Colocação	Unidade Federativa	Taxa - %
1	Espírito Santo	11,24
2	Bahia	9,08
3	Alagoas	8,84
4	Roraima	8,51
5	Pernambuco	7,81
6	Goiás	7,57
7	Rondônia	7,42
8	Paraíba	6,99
9	Mato Grosso	6,95
10	Pará	6,81
11	Tocantins	6,75
12	Minas Gerais	6,49
13	Paraná	6,49
14	Mato Grosso do Sul	6,44
15	Rio Grande do Norte	6,31
16	Rio de Janeiro	6,03
17	Amapá	5,99
	BRASIL	5,82
18	Distrito Federal	5,53
19	Sergipe	5,4
20	Acre	5,33
21	Ceará	5,26
22	Amazonas	5,07
23	Rio Grande do Sul	4,64
24	Maranhão	4,63
25	São Paulo	3,74
26	Santa Catarina	3,28
27	Piauí	2,71

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013)

O IPEA ainda divulgou na pesquisa Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil, que a promulgação da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, não possibilitou um significativo impacto em relação à redução ao índice de violência contra a mulher no Brasil (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013).

Mesmo sem deixar de considerar a importância da promulgação da Lei Maria da Penha, refletimos que o estatuto veio com diversas “[...] inconstitucionalidades, contradições e confusões, péssima técnica e imperfeições de redação, [e] objeto de inúmeras críticas e aplausos [...]” (JESUS, 2010, p. 52). Foi um avanço na legislação brasileira no que diz respeito à garantia de direitos das mulheres, no entanto, muito ainda tem a ser realizado.

Nesse sentido, refletimos que os verdadeiros cuidados não se dão a partir da promulgação de legislações, mas sim no momento que existir compromisso da esfera pública de investir em políticas efetivas. As políticas devem deixar de ser focalistas e tratar o cerne da questão, que é divisão social do trabalho e, conseqüentemente, o afloramento das mais diversas expressões da questão social. Os dados do IPEA apontaram nesta direção, pois a maior parte das vítimas de homicídios tinha baixa escolaridade, o que nos permite refletir que a questão é mais complexa.

Ao refletirmos sobre as relações de gênero, temos que voltar nossos olhares para dentro dessas relações entendendo os personagens, mas também precisamos estar atentos ao cenário que estes personagens são protagonistas (GREGORI, 1993), ou seja, um cenário onde as mazelas sociais fazem parte do cotidiano.

Estão presentes várias contradições que são frutos do sistema capitalista e como consequência, o afloramento das diversas expressões da questão, assim, por este trabalho ter como objetivo de pesquisa as mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop de Vitória/ES, neste momento, consideramos necessário realizarmos algumas reflexões sobre o fenômeno população em situação de rua.

2.2 EFLEXÕES E ASPECTOS RELACIONADOS AO FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A discussão sobre a população em situação de rua não é um tema novo⁶. A sua análise requer o retorno ao surgimento das sociedades industriais, momento em que dado o processo de acumulação primitiva, os camponeses foram desapropriados de suas terras e não foram acolhidos pelas indústrias que iniciavam suas atividades.

Estes sujeitos passaram a sofrer com as conseqüências do sistema capitalista⁷ que dava os seus primeiros sinais de fortalecimento, com a Revolução Industrial ocorrida na Europa no século XVIII (ARGILES, 2012).

⁶Em todas as épocas e lugares sempre houve discriminações relacionadas às pessoas em situação de rua. As diversas denominações pejorativamente utilizadas pela sociedade para designá-las são exemplos do preconceito social existente: “mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “contraventores [...]”, entre outros” (SILVA, 2009, p. 119).

⁷ Netto e Braz (2010) consideram que o modo de produção capitalista, que substituiu o modo de produção feudal no ocidente, se consolidou e nas primeiras décadas do século XXI, se faz triunfante em todo sistema planetário.

Os camponeses foram expulsos de forma violenta de suas terras e livres para vender sua força de trabalho, após serem despojados de todos os seus meios de produção, formaram uma camada populacional que migrou da zona rural para as cidades, proporcionando o crescimento de uma classe excluída e marginalizada, que vivia em busca de trabalho e/ou subempregada (SILVA, 2009).

Tiene (2004), afirma que mediante circunstâncias impostas por essa sociedade de classes, homens e mulheres foram induzidos a morar na rua. Este modo de reprodução e organização econômica e social se dá de maneira que o mercado e a mercadoria prevaleçam sobre os sujeitos e a vida destes. Sendo assim, esses indivíduos excluídos pelo mercado veem na rua um espaço possível para sua sobrevivência, nela podendo morar e trabalhar.

Destacamos ainda que, nas sociedades capitalistas, é visível que o desenvolvimento se dá de forma desigual, não havendo garantia de equidade aos direitos políticos, econômicos e sociais a todos. Prevalece o desenvolvimento baseado na desigualdade da distribuição de renda, riqueza e oportunidades (IAMAMOTO, 2010).

Desta forma, o antagonismo presente nestas sociedades é impeditivo para que o desenvolvimento atenuasse as consequências provenientes da forma desigual de distribuição de riquezas. Historicamente, uma pequena parcela tem acesso aos bens e aos meios de produção e uma grande maioria tem que sobreviver com o que lhe resta. Este fenômeno se agravou a partir do momento que iniciou-se o processo de urbanização das cidades (GORENDER, 1998).

Este processo no Brasil, ou seja, as migrações das zonas rurais para a zona urbana se intensificou a partir da década de 1950 e na década de 1990 já existiam onze cidades⁸ com mais de um milhão de habitantes. Denominada êxodo rural, os pequenos proprietários de terras e/ou o trabalhador rural sem terra, devido às grandes mudanças tecnológicas foram obrigados, no caso dos primeiros, a vender suas terras para os grandes latifundiários. Assim, com a intensa redução da população do campo, são formadas as grandes metrópoles (VICENTINI; PORTELLA, 1999).

⁸ “São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba, Brasília, Belém e Manaus” (VICENTINI; PORTELLA, 1999)

Os mesmos autores afirmam que o fenômeno de modernização do Brasil, ou seja, a formação das grandes metrópoles segue acompanhada de um visível antagonismo, pois, as grandes mansões e edifícios são circundados pelas moradias simples que formam os cortiços e favelas.

O processo de urbanização vem acompanhado de inúmeros problemas sociais, como por exemplo, a falta de moradia e a necessidade da ocupação de forma desordenada das regiões periféricas, formando grandes bolsões de pobreza, os cortiços e favelas, locais que não possuem saneamento básico, pavimentação, eletricidade, água e sistema de esgoto encanado (VICENTINI; PORTELLA, 1999).

Nesse sentido, reafirmamos que a sociedade brasileira não diferente das demais historicamente, foi e continua pautada em uma perspectiva de falta de solidariedade econômica e exploração do capital sobre o trabalho. Sendo assim, um pequeno grupo se beneficia das riquezas socialmente produzidas e a maioria permanece à margem da sociedade. Sendo assim, entender o fenômeno social população em situação de rua é considerar uma população sobrando, impossibilitada de vender sua força de trabalho e distante das formas de compra e venda, uma população fora do alcance e efetivação de seus direitos sociais às políticas públicas (SILVA, 2009).

Deste modo, a lógica excludente do sistema capitalista prevalece e o modelo de produção se estabelece a partir da apropriação do capital sobre o trabalho, ou seja, se organiza através da exploração de uma classe sobre outra. Nesse sentido, no sistema capitalista só é considerado cidadão aquele que consegue vender sua força de trabalho e que é consumidor das mercadorias que produz (NETTO; BRAZ, 2010), se não for dessa maneira o sujeito fica excluído e passa a fazer parte de uma parcela de excluídos.

Assim, percebemos os reflexos de uma sociedade de classes, que é pautada na exploração do capital sobre o trabalho, influência significativa na organização social, nesta a tendência é de exclusão dos sujeitos que se encontram em uma situação de maior desigualdade.

No cenário contemporâneo brasileiro, grande parte da população em situação de rua é composta por sujeitos de idade mediana e que foram excluídos do mercado de trabalho (SILVA, 2009), assim como da família, da escola e das políticas sociais públicas.

Nesta direção, passamos a entender que o fenômeno social da população em situação de rua se forma mediante diversas determinações históricas, sociais, econômicas e políticas possuindo características diversas e encontra-se presente nas mais diversas conjunturas sociais. No entanto, é certo que tal fenômeno é um elemento de significativa importância para composição da pobreza nas sociedades capitalistas.

Nesta direção, foi a partir da década de 1990, que o contingente populacional de pessoas em situação de rua se elevou consideravelmente no Brasil (SILVA, 2009). Não coincidentemente, foi um período de recessão econômica, reflexo da crise do capital que já vinha se configurando em todo contexto mundial desde os anos de 1970 (NETTO; BRAZ, 2010). Também, foi nesta ocasião que muitos trabalhadores rurais, principalmente da região nordeste⁹, foram pressionados e expulsos de suas terras, migraram para as cidades em busca de colocação no mercado de trabalho, provocando a diminuição da população rural no final do século XX, conforme podemos verificar na Tabela 2.

Tabela 2: Intensidade das migrações rurais – urbanas no Brasil, 1950 a 1991

ANOS	URBANA		RURAL		TOTAL (milhões)
	n° de habitantes (milhões)	% sobre o total	n° de habitantes (milhões)	% sobre o total	
1950	18,7	36	33,2	64	51,9
1960	31,3	45	38,7	55	70
1970	52,1	56	41,1	44	93,2
1980	80,5	67	38,6	33	119,1
1991	108,1	74	38	26	146,1

Fonte: (IBGE – Recenseamentos gerais do Brasil (apud PORTELA; VESENTINI, 1999, p. 12)

Entre esses vários trabalhadores rurais que migraram do campo para as cidades, poucos obtiveram êxito em serem inseridos no mercado de trabalho, pois não possuíam a qualificação necessária. Ao ficarem desamparados, passaram a viver nas ruas, a sofrer discriminação e eram taxados como vagabundos e ladrões mas, era nas ruas que conseguiam meios para sobreviver (SILVA, 2009).

Portela e Vesentini (1999, p. 10), afirmam que:

⁹ “No início, os migrantes vinham do nordeste, mais recentemente a modernização conservadora da agricultura do Centro-Sul – modernização sem prévia reforma agrária – passou a originar o fluxo majoritário de migrantes para as cidades” (GORENDER, 1988, p. 65).

O avanço do capitalismo normalmente produz a mecanização do campo, o que acarreta desemprego para os trabalhadores “em excesso” (pois as máquinas fazem o trabalho de vários homens) e leva o camponês ao empobrecimento em função da expansão das grandes propriedades rurais em prejuízo das pequenas, que não podem dispor de tratores, colhedoras, empréstimos, bancários em boas condições, etc. Tudo isso leva as famílias do campo a saírem em busca de empregos e moradias nas cidades.

Assim, o número elevado de migrantes nas regiões urbanas, passou a depender da indústria para vender o seu único bem: sua força de trabalho. No entanto, a procura por emprego era muito maior que a oferta e tais sujeitos passaram a depender, exclusivamente, das indústrias que eram de propriedade dos capitalistas e conduzidas conforme exigência desses (LEFEBVRE, 2001).

A partir da década de 1980 ocorre a reestruturação produtiva, os aparatos tecnológicos se sobressaem e grande parte da população já não é necessária para o capital. Portanto, a reorganização das forças produtivas vai servir de base para enfrentar a crise do processo de acumulação do capital (CASTEL, 1998; SILVA, 2009).

Assistimos desde então a uma crise no mercado interno, abertura ao mercado externo, desregulamentação dos direitos sociais, privatização das estatais, tudo em função de se manter a ordem vigente, o capitalismo, na busca de estabelecer o sistema neoliberal (SILVA, 2009). Assim, ocorre o fortalecimento das políticas neoliberais, que tem como característica a retração do Estado frente às suas responsabilidades.

Foram os trabalhadores que mais sofreram as consequências e a década de 1990 foi marcada pela redução dos postos de trabalho, tanto no setor privado quanto público, terceirização da mão de obra além do enfraquecimento das forças sindicais (SILVA, 2009).

Este cenário serviu como pano de fundo para o aumento da população em extrema situação de pobreza e, assim, o desemprego que é uma das causas da forma injusta de distribuição de renda em sociedades capitalistas, a destituição dos direitos sociais, a exploração da mão de obra através das condições precárias de trabalho, somado a outros fatores de ordem social proporcionaram o pauperismo para grande parte da população brasileira, que passou a viver em situação de extrema pobreza contribuindo para que muitas pessoas passassem a viver em situação de rua (ESCOREL, 2006; TIENE, 2004).

No entanto, além da precarização do mundo do trabalho, com destaque para reestruturação produtiva no Brasil, a partir das últimas décadas do século XX Silva (2009), ainda vai enumerar outros aspectos que caracterizam o fenômeno população em situação de rua.

Como primeiro aspecto, Silva (2009) considera as múltiplas determinações, ou seja, uma multiplicidade de fatores conduz os sujeitos a viverem em situação de rua que vão desde fatores estruturais, ausência de moradia, ausência de trabalho e renda já considerados anteriormente a mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, fatores biográficos tais como a fragilização e/ou ruptura de vínculos familiares, saúde mental, uso de substâncias psicoativas, adversidades pessoais, falecimento de todos os membros da família, perda de todos os bens, fuga dos países de origem e ainda fatos da natureza como desastres e/ou catástrofes ambientais.

Dentre estas múltiplas determinações que implicam a situação do sujeito que passa a viver em situação de rua as que mais se destacam em estudos realizados na contemporaneidade são: ruptura de vínculos familiares e comunitários, ausência de trabalho fixo e baixa renda e uso de substâncias psicoativas com destaque para o álcool e, ainda, a falta de abrigo. Assim, concordamos com Silva (2009) que fala que são múltiplas as determinações, no entanto, a base desse fenômeno encontra-se na fundamentação da sociedade capitalista e nos processos de acumulação do capital, que elevou maciçamente o exército de indústria de reserva, conforme já tratado anteriormente.

Outro aspecto que caracteriza o fenômeno social moradores em situação de rua é a análise do fenômeno como uma expressão radical da questão social na contemporaneidade (SILVA, 2009). Por se tratar a questão social de um conjunto de desigualdades provenientes de uma sociedade “capitalista madura” e esta, aparentemente, se fundamenta na produção social coletiva e trabalho amplamente sociabilizado, o que verificamos é que o resultado deste trabalho, o produto, o lucro, permanece nas mãos de uma minoria (IAMAMOTO, 2011, p.27).

Desta forma, consideramos que o fenômeno população em situação de rua é uma expressão da questão social proveniente das desigualdades sociais estabelecidas pelo sistema capitalista que se fazem, conforme já considerado, da exploração do capital sobre o trabalho.

Torna-se visível, na figura desses sujeitos moradores em situação de rua, a voracidade do capital sobre o ser humano, surrupando destes todas as formas de produzir os meios para sua sobrevivência e expondo os indivíduos ao grau extremo de degradação de vida (SILVA, 2009).

Outro aspecto considerado por Silva (2009, p. 116), relacionado à população em situação de rua é, essencialmente, o fenômeno urbano. A autora busca identificar a partir da questão: “Por que as grandes cidades são mais atrativas para se adotar as ruas como espaço de moradia e sustento”? Afirmando que são vários os fatores que favorecem a urbanização do fenômeno população em situação de rua. Dentre eles estão:

[...] a maior circulação do capital, a infraestrutura, a arquitetura e a geopolítica dos grandes centros, ajuda a explicar por que esse fenômeno é essencialmente **um fenômeno urbano**. Os municípios, pouco urbanizados, não oferecem as possibilidades alternativas de abrigo e sustento oferecidas pelos grandes centros urbanos (SILVA, 2009, p. 119, grifo da autora).

Como quarto aspecto característico da população em situação de rua, Silva (2009, p. 119, grifo da autora) considera “[...] **o preconceito como marca do grau da dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno [...]**”, pois, no decorrer da história, conforme já refletido, sempre houve discriminação em relação a esta população e várias denominações discriminatórias são atribuídas a estes sujeitos. Assim, a tendência é que esses indivíduos sofram todo tipo de humilhação e, ainda, sejam responsabilizados pela situação que se encontram. Nos dias atuais ainda sofrem ameaças e ações de cunho higienistas tais como, massacres, extermínios e/ou muitas das vezes são forçados a irem para abrigos.

Outro aspecto considerado por Silva (2009, p. 120-121, grifo da autora), “[...] são **as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta**”, e mesmo existindo características comuns no contexto mundial, particularidades se manifestam dependendo “[...] dos hábitos, dos valores, e características sócio econômicas, culturais e geográficas predominantes no território” (SILVA, 2009, p. 121), por exemplo, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, durante o inverno, ocorre uma menor percepção deste fenômeno, haja vista que as pessoas utilizam a estratégia para se protegerem do inverno que às vezes é rigoroso e, assim, procuram espaços tais como abrigos e albergues.

Como sexto aspecto característico, a autora Silva (2009) vai destacar a tendência à naturalização do fenômeno que vem acompanhada pela falta de políticas universalizantes, com potencial de reduzir os índices de pobreza e desigualdades sociais presentes no cenário brasileiro. A sociedade tende a responsabilizar os sujeitos pela situação em que se encontram e cobra respostas do Estado para que resolva esta situação e não comprometa a ordem burguesa sem atrelar a questão às mazelas provenientes do sistema capitalista.

Diante do exposto, verificamos que o fenômeno população em situação de rua está vinculado à estrutura excludente da sociedade capitalista e conforme já considerado, é uma expressão da questão social, sendo assim, exige respostas por parte do Estado.

Nesta direção, no próximo item faremos uma breve discussão sobre como se materializa as políticas sociais, e posteriormente passaremos para uma discussão sobre as políticas públicas no Brasil que são voltadas para as pessoas em situação de rua.

2.2.1 Breve reflexão sobre as Políticas Sociais: respostas por parte do Estado às expressões da questão social e sua materialização em relação ao fenômeno população em situação de rua

Neste item, iniciaremos nossa discussão refletindo sobre como as políticas sociais se apresentam como possíveis respostas do Estado em relação à sociedade e como se dão em determinado contexto histórico¹⁰, mais especificamente, nos momentos em que o mundo vivencia crises econômicas que geram consequências para a área social, ocorrendo o afloramento das expressões da questão social.

As políticas sociais são possíveis “respostas e formas de enfrentamento [por parte do Estado] – em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

¹⁰“Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecidas de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 47).

No Brasil, segundo Behring e Boschetti (2011), a história é marcada por uma herança escravista e desde o período colonial o antagonismo social se fez presente. Desta forma, as lutas operárias não foi característica da sociedade brasileira. Com isso, os direitos sociais se constituíram não como resultado da luta de classes ou pela via da conquista e igualdade de direitos para todos, mas como forma de legitimar as classes dominantes.

Neste sentido, as políticas são criadas com a expectativa de tutelarem os sujeitos e se desenvolvem na perspectiva do favor, do paternalismo. Além disso:

[...] enraizada na herança colonial: a escravatura, a grande propriedade territorial e as relações de poder, apoiados nas relações de dependência pessoal, no compadrio e na ideologia do favor. [...] favorece o cultivo dos interesses privados, inclusive o uso privado de recursos públicos, impeditivos da constituição de uma cidadania sólida e universal (IAMAMOTO, 2010, p. 22-23).

Neste trabalho iremos direcionar nossa discussão sobre as políticas sociais para o período após a década de 1990, contexto de implementação das políticas neoliberalistas no Brasil e, também, momento em que ocorreu aumento significativo da população em situação de rua no país.

Neste momento histórico, a insatisfação da população em relação à desigualdade social presente na sociedade brasileira contribuiu para que as lutas dos diversos movimentos sociais e dos trabalhadores viessem à tona e, assim, culminou com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, diferentemente das anteriores, esta teve a participação popular de forma democrática (CARVALHO, 2003).

Foi também nesse período que ocorreram no Brasil avanços nas legislações voltadas para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais. Cabe ressaltar, que juntamente com esses avanços ocorreu um período de crise econômica, realidade que já se fazia presente no contexto mundial desde os anos de 1970 (NETTO; BRAZ, 2010).

Nesse cenário, foi favorável para o Brasil passar a incorporar suas políticas sociais à lógica neoliberal e “todas as garantias constitucionais que foram consubstanciadas em legislações ordinárias posteriores [a CF 1988] passaram a ser alvo de desmonte pelos governos que sucederam a Constituição de 1988” (COUTO, 2010, p. 144).

Esse cenário possibilitou a Reforma do Estado, este, considerando-se falido precisava se restabelecer, em consequência desse processo o país apresentou alto índice de desemprego (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Sendo assim, entendemos que o processo de universalização, das políticas sociais, deu-se juntamente a crise das políticas de bem estar social, no cenário mundial, tendo como consequência o afloramento do “[...] desemprego estrutural, precarização das políticas sociais públicas e de induzir a desassistência” (VASCONCELOS, 2010a, p. 22) e neste cenário são os trabalhadores que mais sofrem, visto que nas últimas décadas a,

[...] estratégia do capital impactou fortemente os trabalhadores – e tornou-se lugar - comum salientar as transformações do “mundo do trabalho”, entre as quais destacam-se a *crise do movimento sindical* e a redução do contingente dos *operários industriais*, [...] processo inegável e as suas consequências são expressivas, na medida em que afetam a capacidade de resistência dos trabalhadores [...] (NETTO; BRAZ, 2010, p. 219).

Assim, o projeto neoliberal se estabeleceu, e como resposta as múltiplas expressões da questão social, tem ocorrido a criminalização, que se manifesta através de intervenções com ações policiais e penais, gerando o aumento da violência policial, contra os grupos populacionais mais vulneráveis (DURIGUETTO, 2007; VASCONCELOS, 2010).

No caso da população em situação de rua:

[...] frequentemente é vítima de massacres e perseguições policiais. Apesar das lutas que vêm sendo desencadeadas nas últimas décadas por setores organizados desse segmento articulados com outros sujeitos sociais em torno do acesso às políticas sociais, quando se busca conhecer estratégias do Estado, nas três esferas do governo, para o enfrentamento desse fenômeno, não são encontradas políticas sociais acessíveis a esse grupo populacional, mas apenas alguns programas de natureza residual, como abrigos e albergues (SILVA, 2009, p. 111)

Deste modo, primeiro verificaremos o caminho da construção das políticas sociais no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, com destaque para as ações voltadas para a população em situação de rua, haja vista que, foi nessa circunstância, que ocorreu o afloramento de múltiplas expressões sociais na sociedade brasileira, dentre elas o fenômeno população em situação de rua. Assim, faz-se necessária a atuação do Estado no campo das políticas sociais porém, o que se verifica é que tende a se retrair frente as suas responsabilidades, dada a necessidade do processo neoliberal de se estabelecer.

2.2.2 Reflexões sobre as Políticas Públicas voltadas para a população em situação de rua

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988 a Assistência Social passa a constituir uma política pública que deve ser: “prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social [...]” (BRASIL, 1988).

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) no ano de 1993 regulamentou o artigo da Constituição. No seu artigo 1º a LOAS (BRASIL, 1993) define Assistência Social como:

[...] direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p.9).

E ainda, a LOAS (BRASIL 1993) tem como princípios:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito á dignidade do cidadão, á sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como á convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL 1993, p.9).

Desta forma, entende-se que compete à Assistência Social mover ações que abrangem prevenir, proteger, promover e inserir indivíduos cuja situação de vulnerabilidade social seja clara. No caso da população em situação de rua, esta passa a ser um dos segmentos alvo dessa política.

Tratando-se de sujeitos que se encontram em vulnerabilidade social, a partir da CF 1988, passaram a serem elaboradas e implementadas ações e políticas públicas para este contingente populacional, dentre os quais podemos citar:

A Resolução nº 145 (ANEXO 1), de 15 de outubro de 2004, que aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que tem dentre os seus objetivos a garantia dos mínimos sociais. Assim, através da proteção social devem ser garantidas a

segurança de sobrevivência, rendimento e autonomia, de acolhida, de convívio ou vivência familiar (BRASIL, 2009).

A lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), foi alterada pela lei de nº 11.258 (ANEXO 2), de 30 de dezembro de 2005, assim passou a vigorar no Art. 23 da LOAS: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: [...] II - às pessoas que vivem em situação de rua” (BRASIL, 1993; BRASIL, 2005).

Sendo assim, a assistência social passa a ser organizada em: Proteção Social Básica¹¹ e Proteção Social Especial¹² (BRASIL, 2009). Entre os serviços que constam na Proteção Social Especial estão os destinados às pessoas em situação de rua como por exemplo, o serviço de Abordagem Social para pessoas em situação de rua (BRASIL, 2009).

Em 2005, ocorreu o I Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua, realizado pelo Governo Federal, contando com a presença de órgãos governamentais e instituições sociais, além da própria população de rua. Tal momento alavancou a criação de iniciativas públicas (SILVA, 2009). O motivo da importância deste encontro é em razão de ter sido considerado um marco inicial para a criação e elaboração de ações públicas a partir das propostas apresentadas pelos participantes deste encontro dentre os quais a própria população de rua. (ARGILES, 2012).

No ano de 2007 no mês de agosto a março de 2008, foi realizado uma Pesquisa Nacional com a população em situação de rua por ser considerada um momento histórico e de grande relevância com a preocupação de expandir a participação das pessoas em situação de rua e dos serviços designados a esta população. Com a presença de várias entidades, órgãos públicos e movimento dos moradores em situação de rua, com o objetivo de expandir o conhecimento (SILVA, 2009).

O II Encontro Nacional de População em Situação de Rua que aconteceu em Brasília no mês de maio de 2009, teve por objetivo realizar um debate a fim de

¹¹ “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2010b p. 33).

¹² “A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos”... (BRASIL, 2010b, p. 37).

concretizar propostas para a Política Nacional da População em situação de Rua (ARAGILES, 2012). Neste mesmo encontro, foi entregue ao Presidente da República em exercício Luis Inácio Lula da Silva, por vários grupos de discussão, uma carta aberta que foi lida, na íntegra, no plenário. Tinha por objetivo tornar pública a participação da população em situação de rua no processo que orientou a construção de Políticas Nacionais para pessoas em situação de rua. (ARGILES, 2012).

Em 11 de novembro 2009, através do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), foi promulgada a resolução nº 109, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, documento que organizou de forma geral os serviços assistenciais no Brasil, dentre os quais os de atendimento à população em situação de rua (BRASIL, 2010; BRASIL, [2013?]).

Também em 2009 ocorreu a promulgação do Decreto nº 7.053 (ANEXO 3) de 23 de dezembro de 2009 que aprovou a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Esse mesmo Decreto, em seu artigo primeiro, diz que “Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto” e, em seu artigo 7º, inciso XX, determina como um dos objetivos da Política Nacional para População em Situação de Rua, “instituir a contagem oficial da população em situação de rua”. Da mesma forma, o Decreto nº 7053/2009, em seus artigos 13 e 14 estabelece, respectivamente, que a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE prestará apoio necessário ao Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua – CIAMPRua- , no âmbito de suas respectivas competências, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (ARGILES, 2012, p. 52).

Foi a partir da resolução 109/2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e do decreto 7.053/2009, Política Nacional para a População em Situação de Rua, que ficou previsto o Centro de Referência Especializado para População em situação de Rua (Centro Pop), que é um serviço público e estatal da Proteção Social Especial de Média Complexidade¹³ voltado, exclusivamente, para

¹³ “São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mais cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos” (BRASIL, 2009, p. 38).

atendimento à população em situação de rua que, obrigatoriamente, deve ofertar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e ainda poderá ofertar o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) (BRASIL, [2013?]).

As ações desenvolvidas pelo Centro Pop e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem ser realizadas em conjunto com as demais políticas da assistência social, órgãos de defesa de direitos e também políticas públicas voltadas para atenção a:

saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer, segurança alimentar, e nutricional de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando a construção de novas trajetórias de vida (BRASIL, 2011, p. 10).

O Centro Pop é um serviço voltado para pessoas maiores de dezoito anos em situação de rua que se encontram em vulnerabilidade social e com vínculo familiar fragilizado e/ou rompido. Tem como objetivo proporcionar a reintegração pessoal, social e familiar a esse sujeito, garantindo condições básicas de sobrevivência e cidadania, com ações que possibilitem autonomia e participação fortalecendo os laços afetivos nas relações (BRASIL, 2011).

Apresentadas algumas das políticas voltadas para a população em situação de rua, consideramos que estas se encontram mais limitadas na área de assistência social, o que vem a restringir direitos. Assim, ainda são insuficientes as ações voltadas para o enfrentamento do fenômeno população em situação de rua (SILVA, 2009).

Neste sentido Boschetti (2004, p.113) também acrescenta:

Ainda que incapaz de instituir a plena igualdade de condições no capitalismo, as políticas sociais podem constituir uma via para a redução das desigualdades sociais, desde que assumidas públicas e institucionalmente como sistemas legais e legítimos de garantia de direito e não apenas como programas focalizados de combate à pobreza extrema.

Desta forma, a atenção do Poder Público, no Brasil, com esta esfera populacional é nova, uma consequência de embates sociais dos últimos anos. A falta de interesse do Estado pelas pessoas em situação de rua demonstra a contradição com que nossa sociedade trata o tema. Em alguns momentos com preocupação, misericórdia, assistência e outros, com indiferença, preconceito e coerção. (ARGILES, 2012).

Ainda assim, o Poder Público necessitaria conhecer melhor essa realidade, para atender as demandas provenientes dos sujeitos que encontram-se em situação de rua.

3 METODOLOGIA

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como objetivo identificar o perfil de mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop de Vitória/ES. Este serviço está dirigido ao atendimento a pessoas maiores de dezoito anos em situação de rua que se encontram em vulnerabilidade social, vínculo familiar fragilizado e/ou rompido. As ações neste serviço buscam proporcionar aos sujeitos atendidos a reintegração pessoal, social e familiar, tendo como meta garantia de condições básicas de sobrevivência e cidadania, autonomia e participação.

No decorrer da pesquisa conforme orienta Miinayo (2006), teoria, métodos e técnicas caminharam juntas.

Inicialmente, foi realizado um levantamento biográfico e, nesta busca, apresentamos reflexões pautadas em estudos realizados por autores especialistas no assunto, tais como Silva (2009), Tiene (2004), Vieira (2004), dentre outros, tendo como expectativa realizar um discurso desvinculado do senso comum.

Quanto ao método adotamos a pesquisa documental. Ao se utilizar da pesquisa documental, segundo Silva e Grigolo (2002), busca-se materiais que ainda não tiveram nenhuma análise aprofundada.

Conforme já considerado, o estudo foi realizado no Centro de Referência Especializado em Assistência Social para pessoas adultas em Situação de Rua (Centro Pop), este serviço público do município de Vitória/ES, atende anualmente uma média de 100 (cem) a 120 (cento e vinte) mulheres. Deste número, foram selecionados aleatoriamente 46 prontuários de mulheres atendidas no Centro Pop Vitória/ES, no período de janeiro de 2012 a julho de 2013.

Os prontuários são produzidos pela equipe técnica do serviço, que é composta por um Assistente Social e um Psicólogo. A elaboração do prontuário tem por objetivos referenciar o usuário no serviço, descrever sobre a trajetória de vida deste sujeito e, ainda, através dos dados levantados e anotados durante os atendimentos, possibilitar encaminhamentos para a rede de serviços socioassistenciais.

Anexado m aos prontuários consta um relatório de atendimento que contempla as informações que foram utilizadas como fonte de dados para esta pesquisa.

Silva (2009) afirma que o uso de documentos em pesquisa é de grande importância e deve ser valorizado. Dos documentos, podemos extrair ricas informações e realizar o resgate de contextos históricos que possibilitem a compreensão e entendimento de objetos que são necessários à contextualização histórica e sociocultural.

Ainda com relação à seleção dos documentos, como foi mencionado anteriormente de 100 a 120 mulheres atendidas anualmente no Centro Pop, foram escolhidos aleatoriamente 46 prontuários que foram analisados, adotou-se a “[...] amostragem aleatória para garantir que a amostra [...]” fosse representativa do “[...] universo estudado” (GIL, 2010, p. 68).

De acordo com Goldenberg “cada pesquisador deve estabelecer os procedimentos de coletas de dados que sejam mais adequados para seu objeto particular” (GOLDENBERG, 2004, p. 62). Sendo assim, consideramos como instrumento mais adequado para coleta de dados documentais um roteiro semi-estruturado com questões fechadas (APÊNDICE A).

Em relação ao tipo de pesquisa, adotamos a metodologia de abordagem qualiquantitativa. Segundo Minayo (2006) a combinação de métodos permite a superação das explicações simplistas, trazendo enfoques mais detalhados.

Os dados quantitativos foram apresentados em forma de tabelas, dados e gráficos nos resultados da pesquisa.

Segundo Minayo (2006, p. 55), o método quantitativo é de grande importância para a “análise de magnitude dos fenômenos” e tem por objetivo dar significado aos dados, apresentando indicadores e tendências observáveis e, assim, produzir teorias que mesmo distante dos objetos podem se tornar de fácil aplicação. Entretanto, a mesma autora também fala que na busca de facilitar a apresentação dos dados, deve existir a preocupação de não deixar passar despercebido fatos importantes.

Desta forma, ao quantificarmos singularidades tem de existir a preocupação de realizar a comparação dos números com outros elementos que se fazem presentes no contexto estudado (WEBER apud MINAYO, 2006). Diante desta fala, temos que concordar com Goldenberg (2004, p. 50) que afirma que a descrição através de dados possibilita “[...] a compreensão do significado e a ‘descrição densa’ dos fenômenos estudados em seus contextos e não à sua expressividade numérica”.

Também utilizamos a abordagem qualitativa, pois além da descrição numérica interpretamos os dados buscando relacioná-los à visão de totalidade. O uso de método de abordagem qualitativa se aplica em estudos realizados em um contexto histórico e busca formular opiniões, interpretações e percepções em relação ao grupo envolvido na pesquisa. No entanto, mesmo sendo um método adequado para estudos de grandes dimensões também são indicados “[...] para investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de relações e para análises de discursos e de documentos” (IBGE; PARGA NINA apud MINAYO, 2006, p. 57).

Quanto à finalidade, a pesquisa é descritiva pois tem como objetivo descrever as características de determinada população (GIL, 2010). Neste caso, as mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop de Vitória/ES. Em relação a esta população, verificamos a distribuição por idade, nível de escolaridade, estado de saúde, dentre outros.

Ainda em relação à pesquisa com finalidade descritiva, Gil (2010, p. 28) afirma que “algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência entre variáveis e pretendem determinar a natureza dessa relação”.

Na pesquisa documental, a análise do conteúdo pode ser variada, no entanto, por se tratar de uma pesquisa documental de cunho qualitativo para organização e tratamento dos dados, estes foram tabulados e organizados de modo a serem demonstrados em forma de gráficos e tabelas. No entanto, de acordo com Gil (2010, p. 79) “[...] a Estatística por si só não possibilita a interpretação dos resultados. Isso exige o concurso de fundamentação teórica”.

Assim, buscamos, também, vincular “[...] os resultados obtidos empiricamente e as teorias que possibilitam a generalização dos resultados obtidos” (Gil, 2010, p. 79).

A pesquisa encontra-se em consonância com os aspectos éticos inerentes à pesquisa relacionada com seres humanos, pois foi aprovada pelo Conselho de Ética da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo e para realização da coleta de dados foi encaminhada para Secretária Municipal de Assistência Social (SEMAS) uma cópia do Projeto de Pesquisa, juntamente com uma carta solicitando permissão para ter acesso aos documentos a serem analisados. A partir de então iniciou-se a coleta de dados.

Considerando que dados numéricos apresentados por si só não possibilitam a interpretação dos resultados, no próximo item Resultados e Discussão da Pesquisa os números serão apresentados juntamente com uma reflexão baseada no referencial teórico adotado neste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

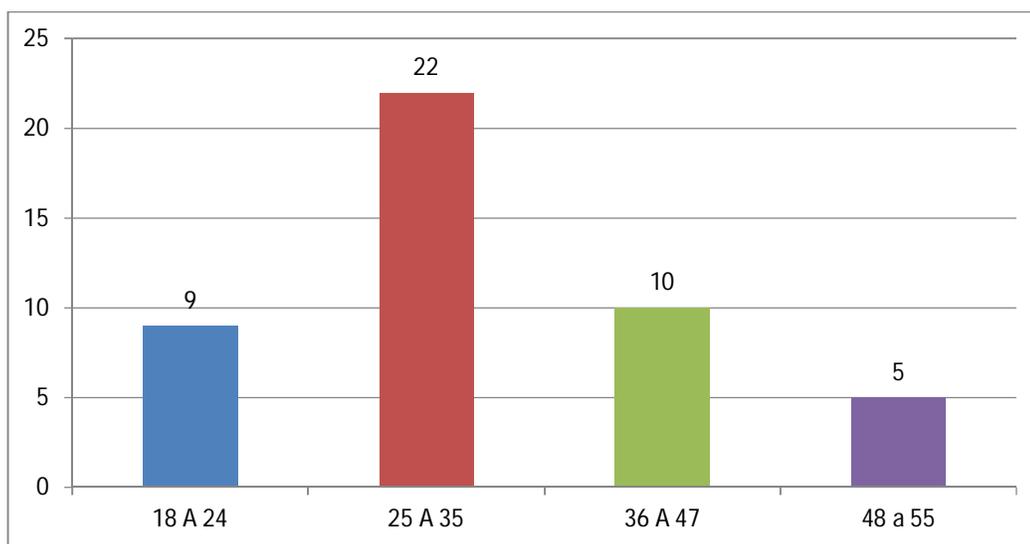
Neste capítulo, serão apresentados resultados obtidos a partir análise de 46 prontuários de mulheres atendidas no Centro Pop, Vitória/ES.

Para realizar o levantamento de dados, conforme já considerado, foi utilizado um relatório que nos permitiu caracterizar o perfil de mulheres atendidas no Centro Pop de Vitória/ES no que se refere à idade, cor, escolaridade, documentação, drogadição, saúde, situação judicial, histórico da situação de rua, histórico de moradia e vínculo familiar.

Assim, em relação ao perfil de mulheres atendidas no Centro Pop de Vitória/ES e aos dados socioeconômicos, demográficos e culturais de mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop do município de Vitória/ES, no período de janeiro a julho de 2013, obtivemos os resultados abaixo.

4.1 IDADE

Gráfico 1 - Idade das mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop no período de janeiro de 2012 a julho de 2013.



Fonte: Elaboração Própria

Ao analisarmos a idade de mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop, verificamos que em sua maioria estão em idade produtiva, ou seja, idade que ainda

poderiam ser incorporadas pelo mercado de trabalho. Em relação a esta realidade Antunes e Alves (2004, p.339) fazem a seguinte consideração:

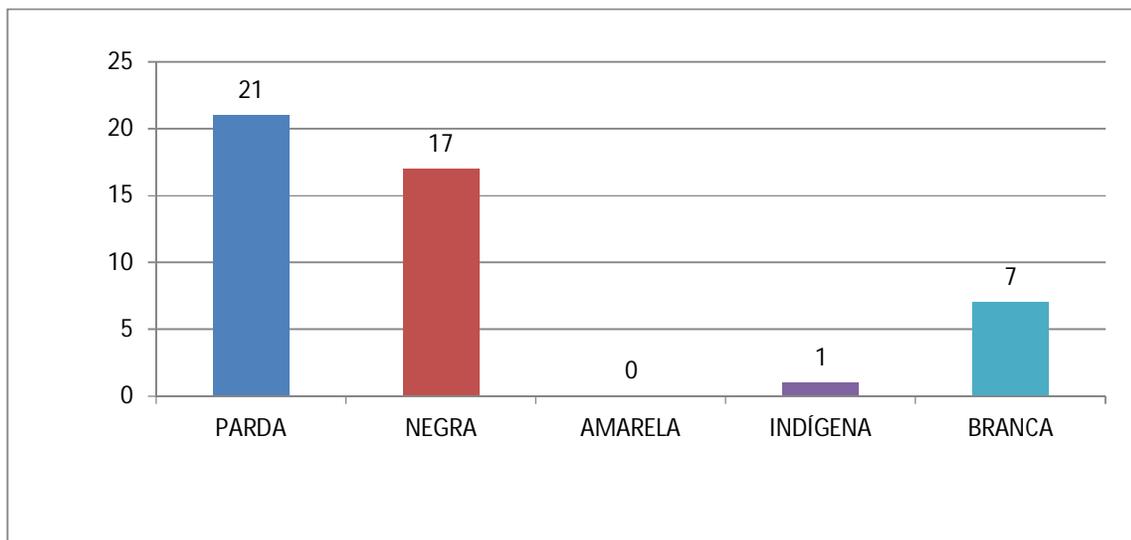
Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectiva de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural.

Paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também à exclusão dos trabalhadores considerados "idosos" pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho". Soma-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos "trabalhos voluntários" etc.

De acordo com Silva (2009), a tendência é justificar o desemprego pela falta de qualificação, sem somar a esta questão a necessidade do capitalismo se estabelecer.

4.2 COR DECLARADA

Gráfico 2 – Referente à cor declarada de mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop no período de janeiro de 2012 a julho de 2013.



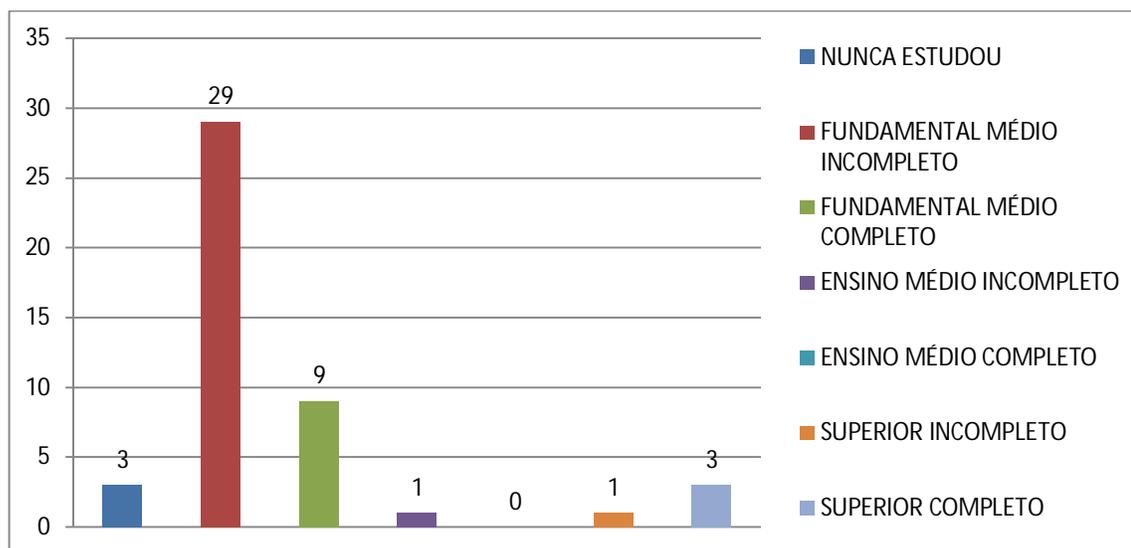
Fonte: Elaboração Própria.

Os dados apresentados no Gráfico 2, demonstram que dos 46 prontuários verificados 21 mulheres declaram ser parda, 17 mulheres declaram ser negra, 7 mulheres declaram ser branca e uma indígena.

Esses dados nos permite refletir com Reis (2007), que afirma que, em relação à mistura de raças, não ocorreram significativas mudanças quanto ao período colonial no Brasil.

4.3 ESCOLARIDADE

Gráfico 3 - Escolaridade de mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop no período de janeiro de 2012 a julho de 2013.



Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Em relação à escolaridade, os prontuários analisados demonstraram que 3 nunca estudaram, 29 possuem ensino fundamental incompleto (FMI), 9 possuem fundamental completo (FMC), 1 possui ensino superior incompleto (SUP INC), nenhum possui superior completo (SUP COM), 1 possui ensino médio completo (EMC), 3 possuem ensino médio incompleto (EMI).

Sendo assim, o gráfico 3 demonstra que 32 mulheres de um total de 46, não concluíram o ensino fundamental, dado que nos leva a refletir sobre a responsabilidade do Estado em garantir o direito educação.

Desta forma, contraditoriamente ao que é previsto nas legislações, mesmo sendo o ensino fundamental obrigatório para a educação básica, o Estado não tem cumprido o seu papel, pois, ir à escola vai depender quase que exclusivamente do indivíduo envolvido no processo e mesmo diante das legislações que garantem o direito à

oferta gratuita ao ensino fundamental, este não tem sido oferecido ou quando o faz é de forma irregular (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005).

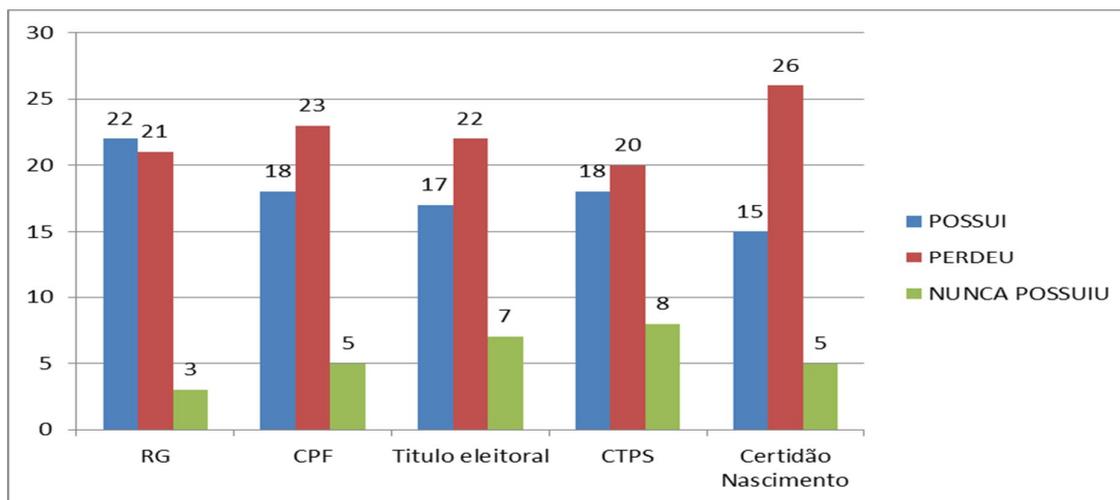
Quanto à acessibilidade das Políticas Sociais pela população em situação de rua, as autoras Mendes e Prates (2009, p. 138-139), consideram:

Nas pesquisas realizadas sobre a temática das pessoas que vivem em situação de rua, vê-se que a preocupação com as necessidades de articulação é uma unanimidade, não só por parte do público alvo, mas de todos os envolvidos com a política de assistência social, enquanto garantidora de direitos. No entanto, a articulação parece ser um ideal com dificuldade para ser atingido, na medida em que as Políticas Públicas das diversas áreas continuam sendo pensadas de forma fragmentadas e isoladas, estruturadas a partir de suas lógicas próprias e de suas particulares leituras acerca dos sujeitos a serem atendidos. Portanto, vê-se que neste ponto situa-se um dos nós críticos, causa da falta de efetividade das ações em desenvolvimento em várias cidades, ao mesmo tempo em que um caminho, através do qual se vislumbram resultados mais efetivos.

Sendo assim, destacamos que as legislações vigentes não têm garantido aos indivíduos a igualdade de acesso às políticas públicas.

4.4 DOCUMENTAÇÃO

Gráfico 4 - Documentação pessoal de mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop no período de janeiro de 2012 a julho de 2013.



Fonte: Centro Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Dentre os problemas que são impedimentos para ter acesso às políticas públicas, é que uma grande porcentagem de indivíduos que vive em situação de rua não possui documentação pessoal (ARGILES, 2012), realidade que também se faz presente

entre as mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop no período de janeiro de 2012 a julho de 2013, conforme verificamos no Gráfico 3.

Deste modo, confirmamos que a falta de documentação pessoal faz parte do perfil das 46 mulheres atendidas no Centro Pop de Vitória/ES, pois, 21 perderam e 3 nunca possuíam Registro Geral (RG); 23 perderam e 5 nunca possuíam Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); 22 perderam e 07 nunca possuíam título eleitoral; 20 perderam e 8 nunca possuíam Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e 26 perderam e 05 nunca possuíam certidão de nascimento.

4.5 SAÚDE

Já em relação a questões relacionadas à saúde de mulheres atendidas no Centro Pop de Vitória/ES, no período de Janeiro de 2012 a julho de 2013, 15 responderam que apresentam ter algum problema de saúde, 20 relataram não possuírem nenhum problema de saúde, e 11 não responderam.

Entre os prontuários analisados, que relataram ter problemas de saúde, 6 apresentavam doenças crônicas.

Dentre as enfermidades que mais acometem as pessoas em situação de rua estão as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), Virus de Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS), a tuberculose pulmonar, as infecções por vírus da hepatite B e C e as cutâneas e ainda doenças que podem comprometer a saúde mental (MARTINS, 2011)

4.6 USO DE DROGAS

Tabela 3 - Tipos de drogas consumidas

Tipos de drogas consumidas	Número que fazem uso
Álcool	7
Álcool e crack	1
Cocaína	0
Crack	6
Inalantes	1
Maconha	0

Fonte: Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua Centro Pop).

Tabela 3 - Tipos de drogas consumidas

Tipos de drogas consumidas	Número que fazem uso
Maconha e álcool	1
Maconha e crack	3
Não usa	5
Tabaco	8
Tabaco e álcool	3
Tabaco e crack	3
Tabaco e maconha	3
Tabaco, álcool e crack	2
Tabaco, maconha e inalante	1
Tabaco, maconha, álcool e crack	2

Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

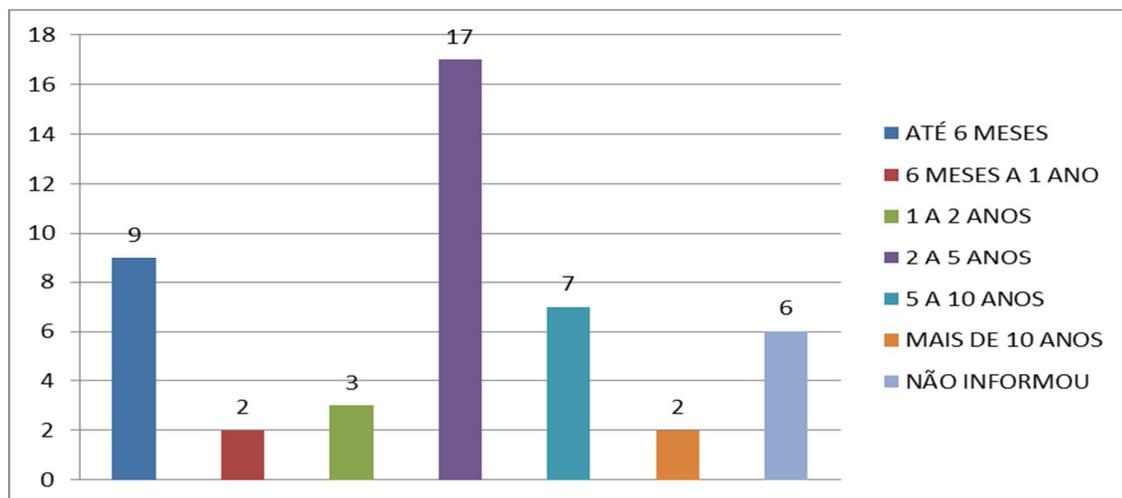
Verificamos que em relação ao uso de drogas psicoativas, os registros nos prontuários indicaram o poliuso de substâncias, ou seja, o uso de mais de uma substância por uma mesma pessoa. Houve a indicação, entre as mulheres, do uso de mais de uma droga, o que resultou em uma lista de drogas usadas superior ao número de prontuários analisados.

Sobre o perfil das pessoas em situação de rua Justo (2008) aponta:

[...] atenção distinta. Estamos longe de compreender os dramas humanos, as angústias existenciais à ruptura com os padrões de civilidade para se viver, na natureza. No entanto, o morador de rua nos possibilita pensar as diferentes formas de sociedade e de naturezas humanas. (JUSTO, 2008, p. 23).

4.7 HISTÓRICO DA SITUAÇÃO DE RUA

Gráfico 5 - Histórico da Situação de Rua



Fonte: Centro Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Em relação ao histórico da situação de rua ao verificarmos no Gráfico 5 que o maior número de mulheres tem permanência em situação de rua superior a 02 anos. Desta forma, refletimos com Tiene (2004) que afirma que o maior tempo de permanência nas ruas dificulta ainda a reinserção na sociedade de forma geral.

Segundo Silva (2009) o período de permanência das pessoas em situação de rua, nas ruas, está aumentando no Brasil. No entanto, as iniciativas no setor público e privado ainda são parcas para enfrentar esta expressão da questão social.

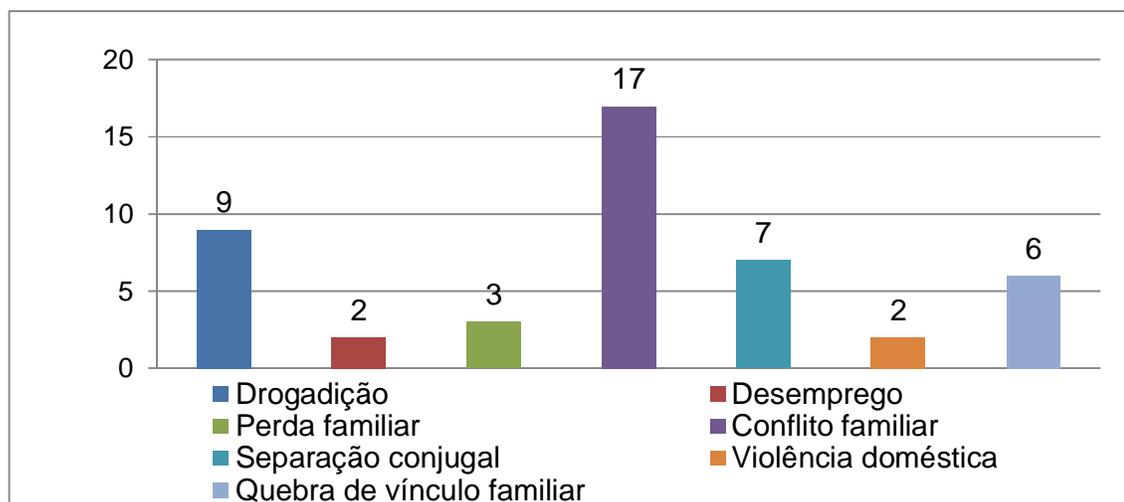
Refletimos com a mesma autora que considera:

[...] quanto maior é o tempo de permanência nas ruas, mais frágeis se tornam os laços familiares e afetivos das pessoas em situação de rua com as demais pessoas do seu universo familiar, com as quais se relacionavam antes dessa condição social" (SILVA, 2009, p. 162).

Silva (2009) afirma que as pessoas que estão em situação de rua já a habitam há muito tempo e, por esta razão, podem sofrer um processo de deficiência física e mental, agravadas pelo uso do álcool e outras drogas, alimentação precária, exposição à violência e vulnerabilidade.

4.8 MOTIVO DE IDA PARA AS RUAS

Gráfico 6 – Motivo de ida para as ruas



Fonte: Centro Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Analisando o Gráfico 6, entre os motivos citados pelas mulheres atendidas no Centro Pop, que as levaram a viver em situação de rua estão, primeiramente, os

conflitos familiares, seguido de drogadição, separação conjugal; quebra de vínculo familiar; perda familiar; desemprego e violência doméstica.

A autora Silva (2009) explica que é pequeno o número de pessoas em situação de rua que estão acompanhadas de seus familiares, considerando que isso não significa que esses sujeitos não tenham família, mas estão com vínculos familiares e afetivos fragilizados e/ou rompidos.

Na interpretação desta autora é importante abordar outros fenômenos que contribuíram para o aumento da população em situação de rua nas últimas décadas no Brasil. Primeiro, o auto índice de desemprego a partir de 1990, seguido do aumento da população em situação de rua, sem que as políticas públicas voltadas para esta população acompanhassem o mesmo ritmo e, ainda, as mudanças no mundo do trabalho, como por exemplo, a reestruturação produtiva (SILVA, 2009).

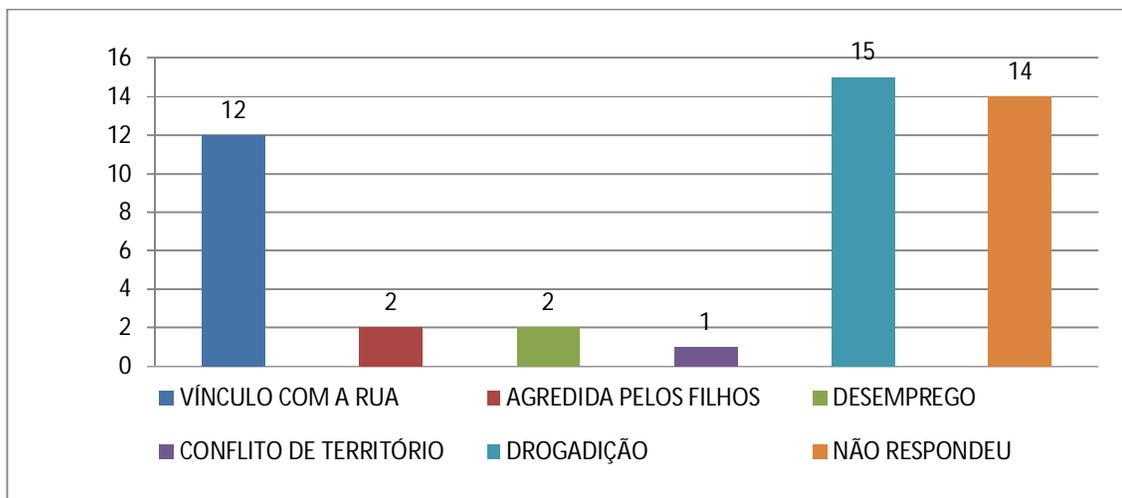
Tiene (2004) defende que os indivíduos que habitam a rua não a consideram ameaçadora, perigosa e, em razão disso, estabelecem vínculos com outros indivíduos que vivem na mesma condição ou usufruindo dela. Assumem como uma forma de sobrevivência alguns bicos, tarefas em troca de algum dinheiro, como carregadores, catadores de latinhas, guardadores de carros.

Uma importante variável no que se refere à população em situação de rua, diz respeito ao tempo em que essas pessoas encontram-se nesta condição. Em grande medida, o tempo acaba por determinar as chances de um indivíduo sair mais rapidamente da rua, quanto menor o tempo de rua, normalmente, maiores as probabilidades e quanto maior o tempo, menores as chances (FERREIRA, 2006, p. 10).

Para Vieira, Bezerra e Rosa (2004), situações em relação à permanência nas ruas, considerando que constituem um cenário de uma sociedade cheia de mazelas sociais tais como, desemprego, subemprego, precarização dos vínculos de trabalho, sistema de saúde pública ineficiente, políticas sociais pontuais, dentre outros. Assim, o medo da violência e da vulnerabilidade em que se encontram faz com que pernoitem em abrigos próprios ou qualquer local público.

4.9 MOTIVO DE PERMANÊNCIA NAS RUAS

Gráfico 7 – Motivo de permanência nas ruas



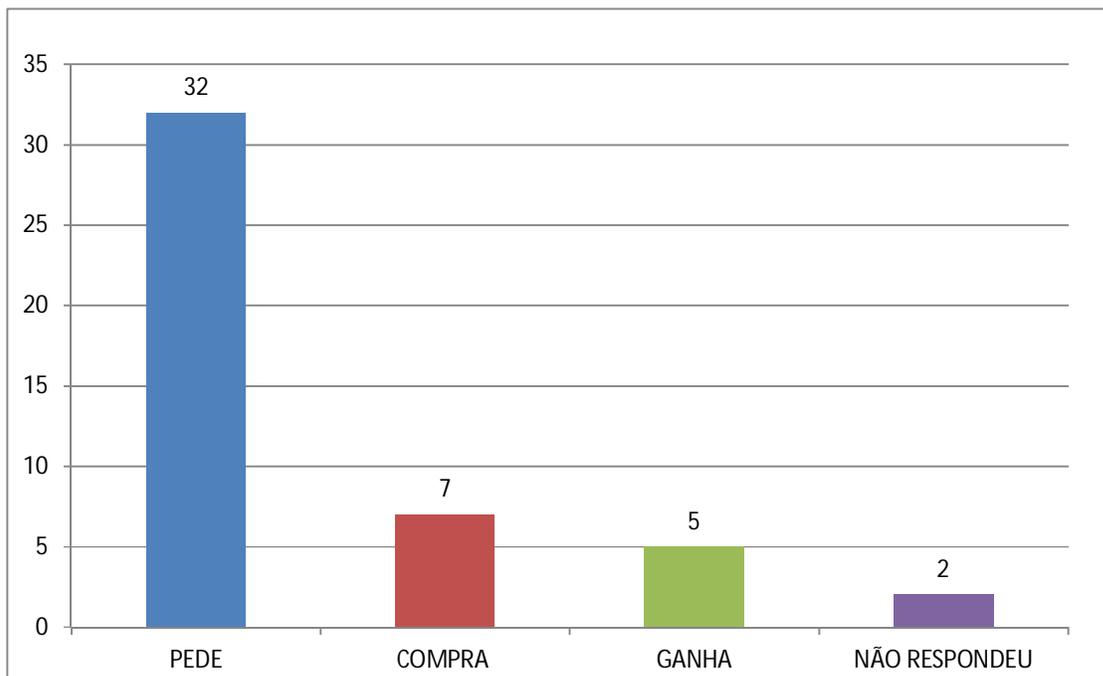
Fonte: Centro Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Verificamos no gráfico 7 que dentre os motivos de permanência nas ruas de mulheres atendidas no Centro Pop, 12 prontuários apontaram que possuem vínculo com a rua: 2 devido agressão sofrida por parte dos filhos, 2 por conta desemprego, 1 devido conflito de território, 15 devido ao uso de drogas e 14 não responderam.

As autoras Vieira, Bezerra, e Rosa (2004), ainda fala que há mudanças nos cenários político, econômico e social que se manifestam através de mazelas sociais como desemprego, condições precárias de trabalho e diminuição na renda dos trabalhadores. Há inúmeras mazelas sociais se aprofundando na sociedade como aumento da pobreza e desigualdades sociais refletidas nas ruas através do perfil dos moradores de rua, o que nos dá uma ideia de como se manifesta na sociedade.

4.10 COMO OBTÊM AS REFEIÇÕES

Gráfico 8 – Como obtêm as refeições



Fonte Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Verificamos que a mendicância também faz parte da realidade de mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop de Vitória/ES, pois, a maneira mais comum de aquisição das refeições é pedir, seguida de comprar e ganhar.

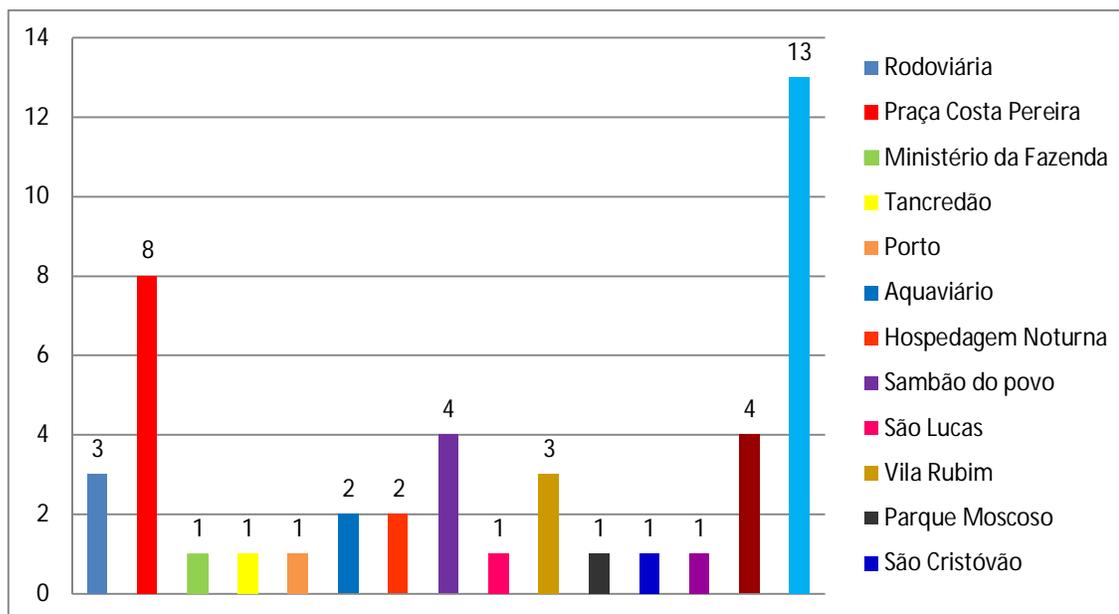
Silva (2009) aponta para outras atividades que são realizadas pelas pessoas que estão em situação de rua:

Na situação de rua, destacam-se as atividades ligadas a carro (lavar, vigiar, limpar para-brisas, entre outras) e, particularmente a atividade de catação de materiais recicláveis como alternativa de geração de renda, **embora a mendicância ainda seja relevante em algumas localidades** (SILVA, 2009, p. 172, grifo nosso).

Assim, consideramos que os resultados desta pesquisa apontam que a estrutura social na qual a população de rua está inserida revela as consequências da divisão das classes: desigualdade e pobreza ambos enraizadas numa estrutura social capitalista determinantes de tais mazelas sociais (SILVA, 2009).

4.11 LOCAL DE PERMANÊNCIA NAS RUAS DE VITÓRIA/ES

Gráfico 9 – Local de permanência nas ruas de Vitória/ES



Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua(Centro Pop).

Os dados do Gráfico 9 apontam que as mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop de Vitória permanecem na região do centro deste Município, o que nos leva a refletir com Silva (2009) afirma, que os sujeitos em situação de rua, em sua maioria, permanecem nas regiões centrais urbanas como estratégia de sobrevivência.

Segundo Castel (1998, p. 180):

[...] o processo de rualização é muito mais complexo. O habitar a rua é resultado de um conjunto de condicionantes econômicos, sociais, psicológicos e culturais, que exclui as pessoas do convívio social ou que não as deixam inserir-se, não permitindo que estabeleçam “relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade”.

Sobrevivência e as relações construídas nas ruas exercem influências mais significativas do que encontram em seus lares vulneráveis pois “[...] as ruas, praças, avenidas, canteiros, jardins, cemitérios, entre outros, podem ser utilizados como acomodação, abrigo e atendimento às necessidades de higiene, limpeza e alimentação, [...]” (SILVA, 2009, p.118).

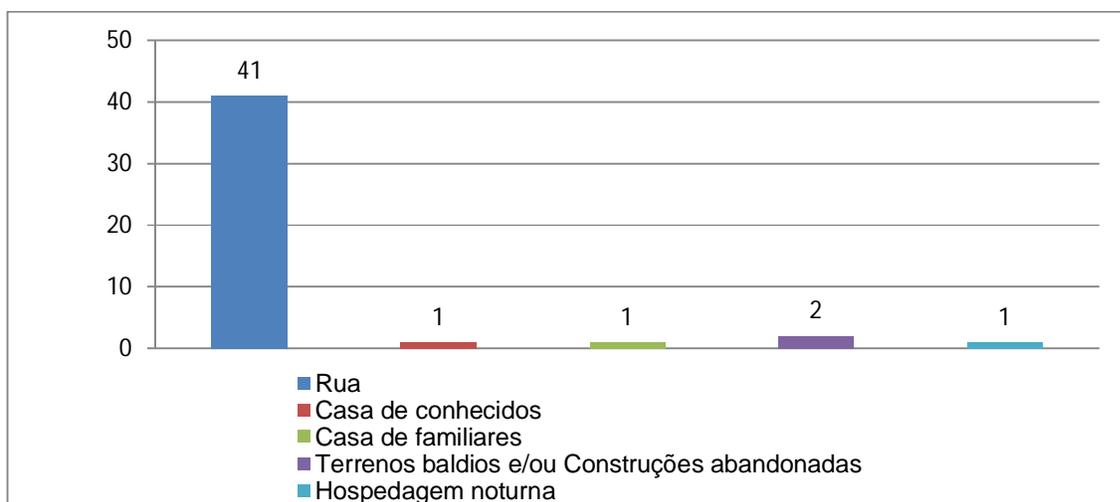
As mulheres em situação de rua apresentam uma história de sucessivas perdas de referência. Como colocam Prates, Abreu e Cezimbra, (2004), seus discursos expressam cenas nas quais o álcool e as diversas drogas associam-se a atos de

violência física e psicológica. O processo de incorporação antes do momento correto em serviços precários ou o ato de pedir, na infância, em ruas ou instituições acaba sendo o primeiro contato da juventude com a rua.

Prates, Abreu, e Cezimbra (2004) aprofundam seu argumento afirmando que o embate na busca em sobreviver é visto como uma coisa dolorosa, difícil, porque a mulher, em razão da idade, estigma social ou ainda pela falta de estudo enfrenta muito mais obstáculos no mercado, sendo que esses obstáculos só crescem quando elas pertencem à uma classe social, econômica ou cultural marginalizada.

4.12 ONDE COSTUMAM PERNOITAR

Gráfico 10 – Onde costumam pernoitar



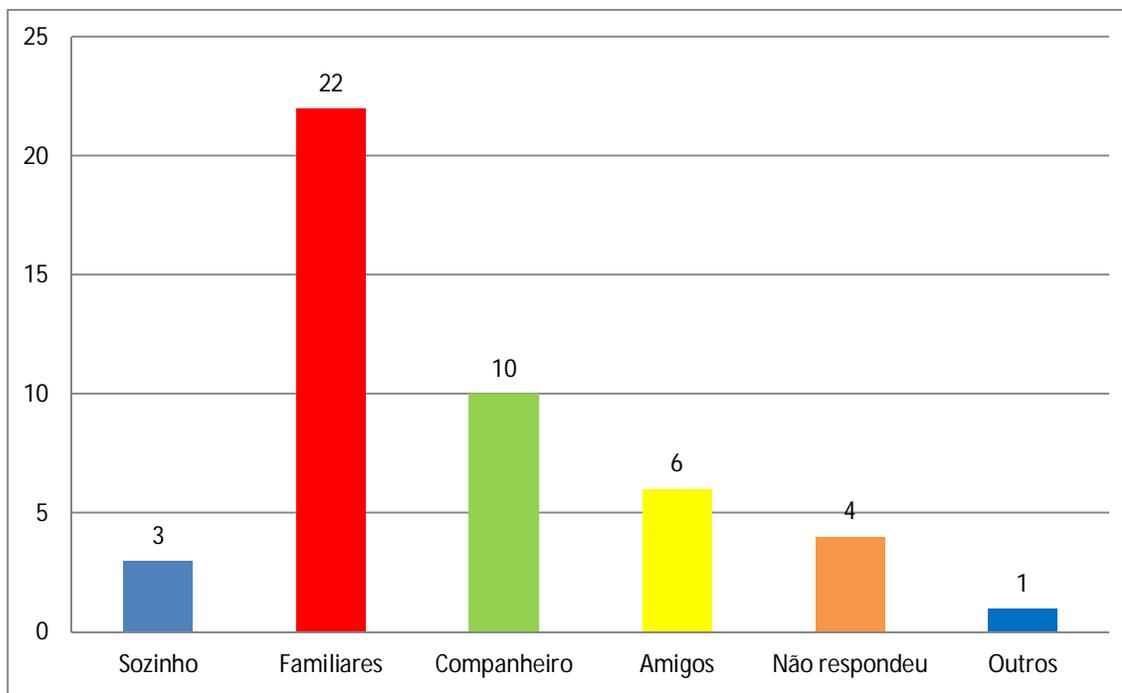
Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

O Gráfico 10 demonstra que dos 46 prontuários de mulheres atendidas no Centro Pop de Janeiro a Julho de 2013, verifica-se que 41 costumam pernoitar na rua, 1 em casa de conhecidos, 1 na casa de familiares, 2 em terreno baldio e/ou construções abandonadas e 1 permanece em hospedagem noturna.

Ainda podemos refletir que é significativa a quantidade de pessoas em situação de rua, mas isso não quer dizer que esses indivíduos morem nela, mas sim que passem a maior parte do seu tempo (SILVA, 2009).

4.13 COM QUEM RESIDIA

Gráfico 11 – Com quem residia



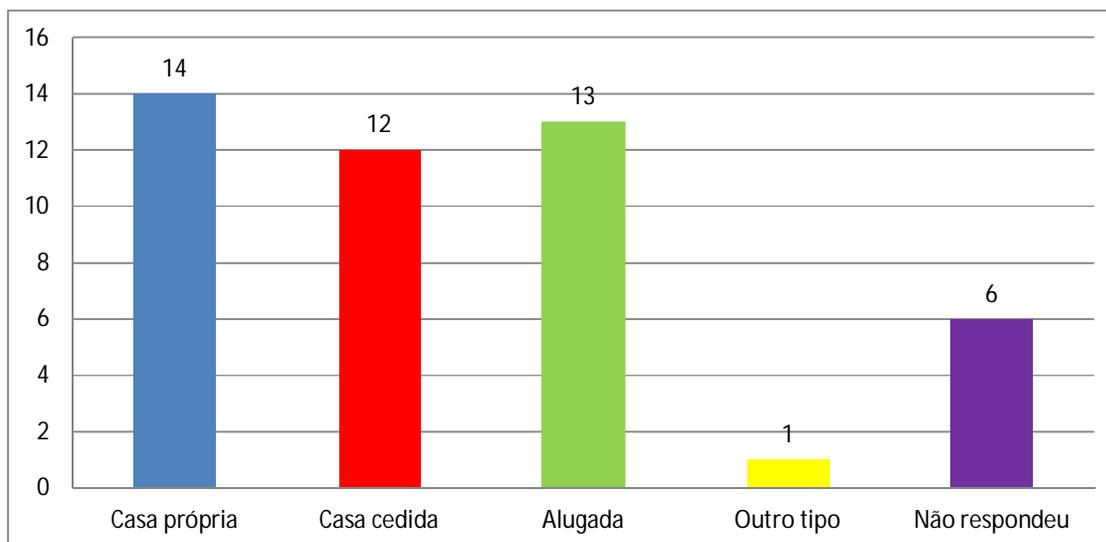
Fonte: Elaboração Própria

De acordo com o gráfico 11, 22 dos 46 prontuários analisados apontam que as mulheres residiam com familiares antes de irem às ruas, seguido de morar com o companheiro e, posteriormente, com amigos.

Essas mulheres experimentaram, repetidas vezes, a sensação de perdas de estruturas familiar, profissional e pessoal as quais não tinham como referencial. Na maioria, a própria família não tinha estrutura mínima a oferecer deixando-as com tamanha falta de assistência quanto o próprio grupo, e as ruas acabaram sendo sua única opção (TIENE, 2004).

4.14 TIPO DE MORADIA ANTES DE ESTAREM EM SITUAÇÃO DE RUA

Gráfico 12 - Tipo de moradia antes de estarem em situação de rua



Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Verificamos no gráfico 12, que em relação à questão moradia, dentre os 46 prontuários, 25 demonstraram que antes de se encontrarem em situação de rua as mulheres viviam em moradia cedida e/ou alugada. Enfim, mais de 50 % do total analisado não possuíam moradia própria.

Desta forma, salientamos que o Estado não vem dando respostas para a questão da falta de moradia no Brasil.

Em relação a falta de moradia são utilizadas ações paliativas para tentar contornar uma questão que afeta a sociedade de forma geral. Desta forma, respostas efetivas não fazem parte das estratégias do Estado capitalista para enfrentamento da questão de falta de moradia.

4.15 TIPO DE CONTATO COM FAMILIARES

Tabela 4 - Tipo de contato com familiares

Pessoalmente	19
Não tem contato	14
Só por telefone	6
Não respondeu	5
Outros	2

Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

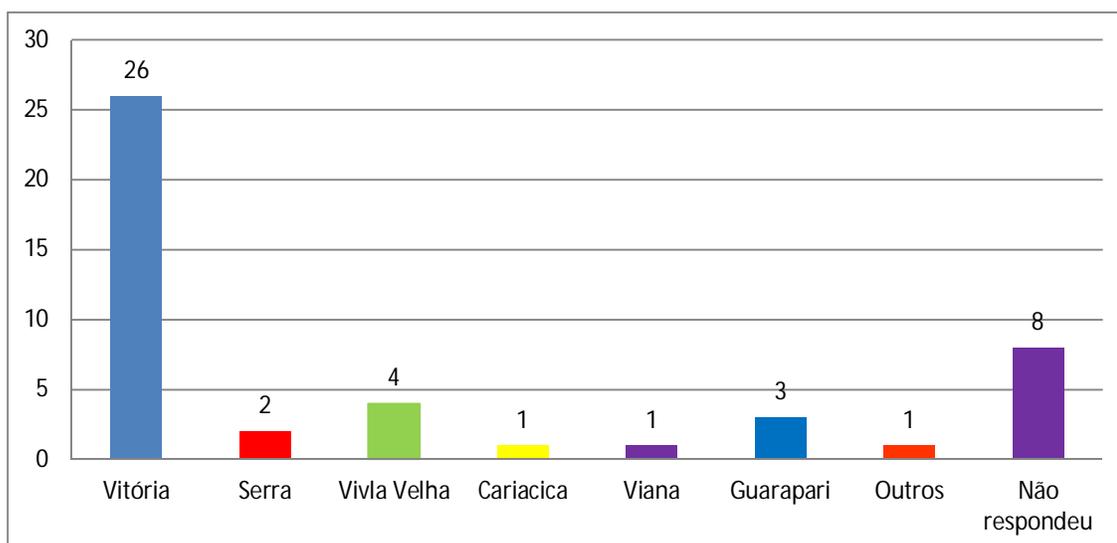
De acordo com a tabela acima, dos 46 prontuários analisados 19 mulheres em situação de rua mantêm contato, pessoalmente, com seus familiares, 14 mulheres

não mantêm contato com a família, 6 só tem contato por telefone e 5 não responderam.

Silva (2009) confirma que os indivíduos em situação de rua mudam o tipo e a qualidade de relação que sustentam com a sua família antes e durante a condição de rua, sendo que na maior parte estes laços não são refeitos. Esta condição não impede que vivenciada a situação de rua seja formada uma nova família com outras pessoas que também se encontram na mesma situação, ou seja, em situação de rua, ainda que não seja o mais visto em nosso modelo social.

4.16 LOCALIDADE QUE ESTEVE ANTES DE COMPARECER AO PROJETO

Gráfico 13 – Localidade que esteve antes de comparecer ao projeto



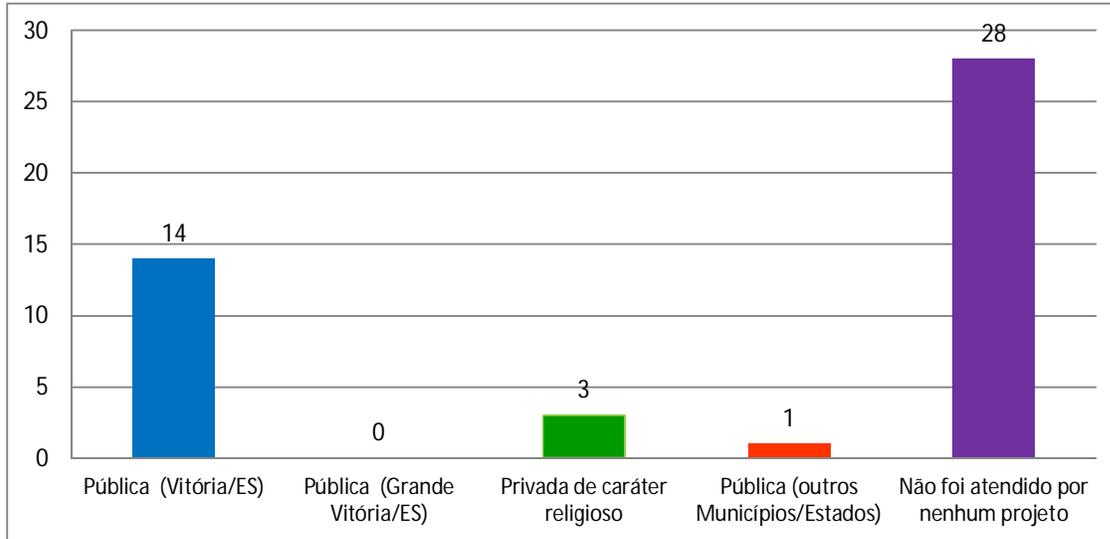
Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Os dados apresentados no Gráfico 13 confirmaram que 26 mulheres atendidas no Centro Pop, são munícipes da cidade de Vitória/ES.

Diante destes dados, refletimos com Silva (2009), que considera que o desemprego e os vários problemas enfrentados pela população das regiões urbanas, nas últimas décadas, têm obrigado esta população, que sofre de todo tipo de exclusão, a recorrer às ruas para buscar recursos para sua sobrevivência.

4.17 TIPOS DE INSTITUIÇÃO QUE JÁ RECEBEU ATENDIMENTO

Gráfico 14 - Tipo de instituição que já recebeu atendimento



Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Verificados os dados do Gráfico 14, verifica-se que a maior parte de mulheres (28 delas) não foram atendidas por nenhuma instituição durante a sua estada nas ruas. 14 foram atendidas em instituições públicas, 3 em instituições de caráter religioso e 1 em instituição pública de outros municípios ou Estado.

Cabe aqui refletir sobre a retração do Estado frente as políticas neoliberais. A nova ordem aponta na direção de que as medidas sociais sejam parcas, imediatistas e seletivas. Desta forma, os indivíduos que sofrem todo tipo de exclusão permanecem a margem das políticas públicas (COUTO, 2010) e a população em situação de rua se inclui neste grupo populacional.

4.18 TIPOS DE ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS

Tabela 5 - Tipos de encaminhamentos realizados

Não houve encaminhamento	17
Serviço Municipal de Média Complexidade	14
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	4
Albergue do Imigrante	4
Serviço Municipal de Alta Complexidade	2
Retorno a família	2
Outros	2
Conselho Tutelar	1

Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Observamos, que mesmo estando inseridas em uma política de atenção a população em situação de rua, 17 das mulheres atendidas no Centro Pop não receberam qualquer tipo de encaminhamento pelos profissionais que trabalham no serviço.

Iamamoto (2011) comenta sobre as exigências e competências do profissional de Serviço Social:

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar aprender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriado as pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2011, p.12).

Assim, refletimos com Iamamoto (2010) acerca do cotidiano processo de trabalho dos profissionais de Serviço Social. Estes se deparam com a impossibilidade de realizar intervenções pois, diante da fragilidade das políticas, bem como precarização dos vínculos de trabalho, muitas das vezes os profissionais não disponibilizam de recursos e meios necessários para intervirem e/ou promoverem propostas aos sujeitos que se apresentam nos serviços.

A autora ainda reflete que o Assistente Social, enquanto categoria, trabalha na consolidação desses direitos, na maioria das vezes colocados no papel e não cumpridos, sendo necessário ressaltar a importância do papel do assistente social e sua atuação junto à população de rua, pois estas pessoas sofrem com as mazelas sociais como exclusão, constante violação de direitos entre outros, cabendo a estes profissionais que isto não ocorra.

Assim, uma vez descritas as reflexões sobre o perfil da mulher em situação de rua atendidas no Centro Pop de Vitória/ES, neste momento torna-se fundamental serem realizadas algumas considerações em relação aos dados aqui apresentados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou identificar o perfil de mulheres em situação de rua no município de Vitória/ES, atendidas no Centro POP no período de janeiro a julho de 2013.

A partir dos resultados da pesquisa, grande parte de mulheres está em idade produtiva e muitas relataram que são naturais do município de Vitória/ES. Consideramos que devido esta população ter sofrido todo tipo de exclusão em sua trajetória de vida uma pequena parte terá condições de ser inserida no mercado de trabalho e retomar a convivência familiar, mesmo estando na cidade onde residem seus familiares. Isso, principalmente devido às políticas que buscam a reinserção desses indivíduos serem excludentes, seletivas, pontuais e não se preocuparem em tratar a universalidade presente nos sujeitos envolvidos no processo.

Os dados da pesquisa apontaram que o público-alvo apresenta toda forma de exclusão, seja em relação à família, escola, comunidade, trabalho e ainda apresentam dependência química, fatores que podem dificultar a integração em grupo e aceitar regras. Diariamente, a população em situação de rua se preocupa com a sobrevivência e não tem interesse de ser acolhidos em alguma instituição ou, quando são acolhidos, sobreviver sobre a lógica de não ter perspectiva da reconstrução de uma nova trajetória de vida.

Em relação às políticas públicas, os dados da pesquisa demonstraram que prevalecem a carência de articulação e organização entre os sujeitos que vivem em situação de rua e são abordadas sobre a temática. E isso é mantido quando este tema é levado a todos os envolvidos na política de assistência social. Apesar de um sentimento único da necessidade da articulação, por todos os envolvidos, as diretrizes tomadas são de forma a assegurar que as orientações legais sejam cumpridas sem que sejam levadas ao entendimento dos que participaram dos processos, o que dificulta a efetivação de maneira que possam, pelo menos, iniciar um processo que seja homogêneo.

Um grande dificultador desse processo, conforme já considerado, é o fato das políticas públicas no Brasil serem pensadas, tratadas e estruturadas de forma pontual e fragmentadas, afinal uma leitura isolada seguindo uma lógica própria só distancia o sujeito que é atendido. Enquanto esta barreira for mantida faltarão ações

que, realmente, tenham resultados satisfatório e/ou efetivo (MENDES; PRATES 2009).

Nesse sentido, observamos que as ações voltadas para esta população ainda têm um longo caminho para construção de ações verdadeiramente efetivas, pois, os resultados apontaram que muitas das usuárias não têm acesso aos direitos básicos garantidos por lei tais como moradia, acesso à escola e ao mercado de trabalho.

Ainda consideramos que a exclusão social pode contribuir para os caminhos da vulnerabilidade, fragilidade, ruptura de vínculos não só familiares mas, também, comunitários.

Desta forma refletimos que, para que haja a devida assistência por parte do Estado a essas mulheres moradoras de rua, é preciso que os envolvidos na elaboração das políticas voltadas para essa população penetrem neste mundo a fim de oferecer-lhes os direitos sociais aos quais têm direito.

Neste mesmo seguimento Tiene (2004) afirma que muitas dessas mulheres em situação de rua habitam nela por opção pois foram em busca da tão sonhada liberdade, muitas para fugir dos maus tratos do marido, como também dos conflitos familiares. A partir da fala da autora é possível refletir que a rua torna-se “opção” ou escolha a partir do momento em que a casa não se configura enquanto ambiente que permita às pessoas ser respeitadas, seja com relação ao gênero, idade, cor e outras diferenças que podem ser manifestadas no humano.

“A situação de mulheres na rua é vivida com muitas ambiguidades. Ao mesmo tempo em que elas comentam a violência, o desconforto, a saudade de filhos, a maioria delas se mantêm na rua” (TIENE, 2004, p. 156).

No entanto, mesmo nas ruas elas continuam a buscar a tão esperada proteção. As mulheres em situação de rua não vivem só, tem um companheiro, “marido” (TIENE, p. 153 2004) na busca pela proteção.

Não há como estabelecer condições para enquadrar os indivíduos como futuros moradores de rua. São evidentes que individualidade em relação a questão socioeconômica, somada à história de vida podem apontar possíveis caminhos mas a sociedade tem papel decisivo na concretização desta condição final (VIEIRA; BEZERRA; ROSA 2004), ou seja, a divisão de classes onde muitos vivem com muito

pouco e outras acumulam as riquezas favorece a condição de pobreza que prevalece na população em situação de rua.

É importante ainda falar que é necessário enfrentar este desafio da população em situação de rua, mas este desafio precisa de maior conhecimento de causa por parte do Estado e a sociedade em geral, afinal, sem conhecer as suas dificuldades e seus verdadeiros motivadores, os nossos governantes se debruçarão sobre esta causa e não terão um olhar direcionado para as políticas direcionadas a esta população, pois não haverá como traçar planos políticos direcionados à alavancagem de resultados e potencialidades.

Enfim, a realização do presente estudo, juntamente com a revisão da literatura nos permitiu refletir o perfil de mulheres em situação de rua atendidas no Centro Pop Vitória, dadas as inúmeras questões apresentadas como defasagem escolar, falta de moradia, questões relacionadas à saúde, desemprego, vínculo familiar e comunitário fragilizado e/ou rompido onde estes deveriam ser menos fragmentados. Desta forma, os serviços de atendimentos deveriam estar preparados para atender, de forma geral, as demandas desta população e, assim, ter maior efetividade em suas ações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Maria Araújo de. **Lívio de Castro e um outro olhar sobre a mulher no século XIX**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007. São Leopoldo. Anais... São Leopoldo: Associação Nacional de História – ANPUH, p.1-7, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0768.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- ANTUNES, Ricardo, ALVES, Gionvanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da Mundialização do Capital**. Educ: Campinas, 2004.
- ARGILES, Mariglei dos Santos. **População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito a ter direitos**. Mestrado em Política Social. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/mps/dissertacoes/Mestrado/2012/Disserta%E7%E3o_MarigleiArgiles.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BICEGLIA, Tânia Regina. **A mulher e a evolução histórica de suas conquistas na legislação civil e constitucional brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, SP, 2002. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/47/55>>. Acesso em: 07 jul. 2013.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania**: Revista Serviço Social e Sociedade, Nº 79, São Paulo Cortez. 2004.
- BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993**. Brasília, 1993, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- BRASIL. **Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2005/11258.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. _____. **Política Pública de Assistência Social. BRASIL. Política Nacional Assistência Social – PNAS 2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2009. p. 31-38.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. [Brasília: MDS], 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social.

Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop / SUAS e População em Situação de Rua. Brasília: Editora Brasil Ltda. 2011. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-centro-de-referencia-especializado-para-populacao-em-situacao-de-rua-centro-pop-e-servico-especializado-para-pessoas-em-situacao-de-rua-1/05-caderno-centro-popfinal-dez.pdf.pagespeed.ce.J_CHLwTBEv.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2014.

CALDEIRA, B. M. S. Entre o princípio da universalidade e as ações afirmativas: quais caminhos percorridos pela política nacional para as mulheres no Brasil?

Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, v. 9, p. 1-10, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 156-236.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONCUBINA. In: **Dicionário Informal**. Mato Grosso, 2008. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/concubina/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. 1994, Disponível em:

<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/convencao_belem_do_para.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2014.

COULANGES, Numa-Denys Fustel de. **A Cidade Antiga: estudos sobre o culto, direito e as instituições da Grécia e de Roma**. 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

COUTO, Berenice Roja. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 79-90.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos.**

Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, abr. 2004. Disponível em <

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:87wpgHjNCtEJ:www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. **População em Situação de Rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998- 2005**. Disponível:

http://www.cedeplar.ufmg.br/seminários/seminário_diamantina/2006/D06A096.pdf>. Acesso em 30 mai. 2014.

FORRESTER, Viviane O horror econômico. São Paulo: UNESP, 1997.

FRAGA, Leci Maria das Graças Silva. **A mulher no mercado de trabalho: lutas, conquistas e sucessos**. 2003. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Formação Específica em Gestão de Pequenas e Médias Empresas) – Faculdades Integradas Espírito-Santenses, Vitória, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951. 405p.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: 5ª ed. Rio de Janeiro: Olimpio, 1977.

GARCIA, Lucilene. **A mulher e a evolução dos seus direitos**, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/1944790/a-mulher-e-a-evolucao-dos-seus-direitos>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1998.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Prefácio. In: COUTO, Berenice Roja. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 19-28.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 21. Ed. São Paulo Cortez, 2011.

INFOPÉDIA. **Tito Lívio**. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível em: < [http://www.infopedia.pt/\\$tito-livio;jsessionid=Cm6ax6bR7eOw2aZcLoWgAQ__](http://www.infopedia.pt/$tito-livio;jsessionid=Cm6ax6bR7eOw2aZcLoWgAQ__)>. Acesso em: 10 mar. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf> Acesso em: 09 mar. 2014.

JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006**. São Paulo: Saraiva. 2010.

JUSTO, Marcelo. Gomes. Vidas nas Ruas de São Paulo e Alternativas Possíveis de um Enfoque Sócio Ambiental. INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, V.3, n.1, p.1,-27, São Paulo, jan./abr. 2008. Disponível

em: <http://www.interfacerhs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=111>.

Acesso em: 30 mai. 2014.

LAROUSSE CULTURAL. **Grande enciclopédia cultural**. Volume 8. 1ª ed. São Paulo: Nova, 1998. p. 4116.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DPYA, 2001.

LIBÂNIO, José; C. OLIVEIRA; João F. TOSCHI, Mirza S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

LING, Soong Cing; MACHEL, Samora, et al. **A libertação da Mulher**. 2 ed. São Paulo: Global, 1980.

MACHADO, Edneia Maria. **Questão social: objeto do serviço social**. [S. l.: s. n., [2013?]]. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1vLWbJ_aCX3ko_RXyY_ksl_xGNxQ9u7j7YKxLzmbRYHU/preview?pli=1>. Acesso em: 14 abr. 2014.

MARTINS, Bruno (Col.). A saúde passa longe das ruas. **Revista ser médico**, [S.l.], Ed. 57 - Outubro/Novembro/Dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=569>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

MARX, Karl. O Capital. Livro 1 Volume I 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988.

MEIRELES, Ayla. **Mulheres no campo de batalha diário: A batalha feminina por reconhecimento profissional é uma árdua tarefa, ainda no século XXI**. c 2013. Disponível em:

<http://www.universodamulher.com.br/index.php?mod=mat&id_materia=10038>.

Acesso em: 31 ago. 2013.

MENDES, Jussara; PRATES, Jane; AGUINSKI, Beatriz. **O Sistema Único da Assistência Social: as contribuições á fundamentação e os desafios á implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MICHAELIS. **Dicionário de Português Online**. [s.d]. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=viol%EAncia>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MORAES, Márcia, **Ser humana: quando a mulher está em discussão**, Rio de Janeiro, editora DP&A, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: introdução crítica. Biblioteca Básica de Serviço Social. v. 1. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Nogueira, Clayton Ritnel. A mulher e o direito: Um estudo dos direitos da mulher na sociedade conjugal à luz do novo Código Civil. In: **Portal Boletim Jurídico**. Ed. 175. Uberaba, 2006. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1224>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

PITANGUY, Jacqueline. **Mulher e cidadania**. In: Núcleo de Estudo Mulher e Políticas Públicas. Mulher e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEP, 1991. p. 119-122.

PRATES, J. C., ABREU, P. B., CEZIMBRA, L. **A Mulher em Situação de Rua**. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS, 2004.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: De Varnhagem a FHC. FGV, São Paulo, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani, Iara Bongiovani, A mulher na Sociedade de classes: mito e realidade. Vozes, 2ª ed. 1979, coleção de Sociologia Brasileira, vol.4.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) **Uma Questão de gênero**. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita. O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade. Psicol. USP, São Paulo, v. 13, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 Out. 2013.

SILVA, Marise Borba de; Grigolo, TÂNIA Maris. **Metodologia para iniciação Científica á prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico Florianópolis: Udesc. 2002.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaiza. Prefácio. In: TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua**: entre vivências e políticas sociais. São Paulo: Alínea, 2004. p.7-8.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas: Alínea, 2004.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Desafios políticos no campo da saúde mental na atual conjuntura: uma contribuição ao debate da IV Conferência Nacional. In: _____. **Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores Ltda, 2010, p. 17-72.

VESENTINI, José Willian; PORTELA, Fernando. **Revista Viagem Pela Geografia: Êxodo Rural e Urbanização**. 14. Ed. São Paulo: Ática, 1999.

VIEIRA, M. A. C; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População em Situação de Rua: quem é como vive, como é vista**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

VIOLÊNCIA contra mulheres causa epidemia global de saúde, diz OMS. [S.l.]: G1-Ciência e Saúde, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/06/violencia-contra-mulheres-causa-epidemia-global-de-saude-diz-oms.html>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

VITÓRIA. **Lei nº 7.101. de 28 de setembro de 2007**. Vitória, 2007. Disponível em: <<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2007/L7101.PDF>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

APENDICE A**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE DADOS**

Eu, TÂNIA MARIA SILVA SANTOS tenho conhecimento e cumprirei os requisitos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Como responsável pela pesquisa “Perfil de mulheres em Situação de Rua no Município de Vitória/ES”, comprometo-me a manter a privacidade e confidencialidade dos dados utilizados nos documentos base desta pesquisa. Estou ciente de que os dados obtidos somente poderão ser utilizados para o projeto para o qual se veiculam.

Vitória (ES), ____ de _____ de 2013.

Profª

APÊNDICE B**RELATÓRIO**

1. Idade: _____
2. Raça: () Parda () Branca () Negra () Amarela () Indígena
3. Escolaridade: () nunca estudou () FMI () FMC () SUP INC () SUP COM () EMC () EMI
4. Documentação: () RG () CPF () Título eleitoral CTPS () Certidão de Nascimento
5. Saúde: () Possuem problema de saúde () Não possuem problema de saúde () Não respondeu
6. Drogadição: () Álcool () Crack () Cocaína () Inalantes () Maconha () Tabaco () Outros tipos de drogas, qual _____ () Não usa
7. Histórico da situação de rua: () 1 a 6 meses () 6 meses a 1 ano () 1 a 2 anos () 2 a 5 anos () 5 a 10 anos () mais de 10 anos () não informou
8. Motivo de ida para as ruas: _____
9. Motivo de permanência nas ruas: _____
10. Como obtêm as refeições: _____
11. Local de permanência nas ruas de Vitória/ES: _____
12. Onde costumam pernoitar: _____
13. Com _____ quem _____ residia: _____
14. Tipo de moradia antes de estar em situação de rua: _____
15. Tipo de contato com os familiares: _____
16. Localidade que esteve antes de comparecer ao projeto: _____
17. Tipo instituição que já recebeu atendimento: _____

18. Tipos de encaminhamentos realizados: _____

ANEXO 1
RESOLUÇÃO Nº 145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2004

Aprova a Política Nacional de Assistência Social

O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, considerando a apresentação de proposta da Política Nacional de Assistência Social - PNAS apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS em 23 de junho, considerando a realização de Reuniões Descentralizadas e Ampliadas do Conselho para discussão e construção coletiva do texto final da PNAS ocorridas respectivamente em 21 e 22 de julho de 2004 na cidade de Aracaju e em 21 e 22 de setembro de 2004, no Distrito Federal e, considerando o disposto no artigo 18, incisos I, II, IV, da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, em reunião do Colegiado de 22 de setembro de 2004, por unanimidade dos Conselheiros a Política Nacional de Assistência Social.

Art. 2º Aprovar, na reunião do Colegiado de 14 de outubro de 2004, por unanimidade dos Conselheiros o texto final discutido e elaborado pelo grupo de trabalho - GT/PNAS constituído pela Resolução Nº 78, de 22 de junho de 2004, publicado no D.O.U., de 02 de julho de 2004.

Art. 3º O texto da Política Nacional aprovado constituirá o Anexo I da presente Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA MARIA BIONDI PINHEIRO

Presidente do CNAS

ANEXO 2**LEI Nº 11.258, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2005.**

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23.

Parágrafo único. Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo:

I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

II – às pessoas que vivem em situação de rua." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ NÁCIO LULA DA SILVA

ANEXO 3**DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.**

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

Art. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de

projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - direito à convivência familiar e comunitária;

III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - atendimento humanizado e universalizado; e

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;

VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;

IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de acolhimento temporário serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e reestruturação de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4º A rede de acolhimento temporário existente deve ser reestruturada e ampliada para incentivar sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art. 9º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e respectivo suplente de cada órgão a seguir descrito:

I - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Saúde;

V - Ministério da Educação;

VI - Ministério das Cidades;

VII - Ministério do Trabalho e Emprego;

VIII - Ministério dos Esportes; e

IX - Ministério da Cultura.

§ 1º A sociedade civil terá nove representantes, titulares e suplentes, sendo cinco de organizações de âmbito nacional da população em situação de rua e quatro de entidades que tenham como finalidade o trabalho com a população em situação de rua.

§ 2º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades as quais representam e designados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 10. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;

II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

IV - propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;

V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;

VII - acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local;

VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e

IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Art. 11. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua poderá convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades.

Art. 12. A participação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 14. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 15. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciantes;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

José Gomes Temporão

Patrus Ananias

João Luiz Silva Ferreira

Orlando Silva de Jesus Júnior

Márcio Fortes de Almeida

Dilma Rousseff